



04 DE MAIO DE 2017

Quinta-feira

- GM DARÁ FOLGAS COLETIVAS A TRABALHADORES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- GREVE DOS CORREIOS ENTRA NO 8º DIA SEM ACORDO NAS NEGOCIAÇÕES
- APROVADA POLÊMICA MP QUE PODE IMPEDIR RENOVAÇÃO DE PEDÁGIOS NO PARANÁ
- FATURAMENTO REAL DA INDÚSTRIA CAI 6,7% NO 1º TRIMESTRE
- INDICADORES INDUSTRIAIS
- PARCERIA VAI PROMOVER DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO BRASIL
- EDITAL DE INOVAÇÃO PARA INDÚSTRIA DISPONIBILIZA R\$ 53,6 MI PARA NOVOS PROJETOS
- ICMS-ST – MERCADORIAS FABRICADAS EM ESCALA INDUSTRIAL NÃO RELEVANTE ESTÁ LIVRE DO REGIME
- PROJETO DE 'QUASE-REFIS' ELEVA BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 15% NOS PRIMEIROS 4 MESES DE 2017
- RENAN RECEBE CENTRAIS SINDICAIS E OPOSIÇÃO PARA DEBATER REFORMA TRABALHISTA
- RENAN CUMPRIMENTA SINDICALISTAS POR GREVE GERAL DA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA
- PSDB DEFINE SENADOR RICARDO FERRAÇO COMO RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA NA CAE
- RENAN OPERA E TRAMITAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA DEVE SER DESACELERADA NO SENADO
- ESPERO ENTREGAR RELATÓRIO DA REFORMA TRABALHISTA ATÉ FINAL DE MAIO, DIZ FERRAÇO
- MEIRELLES: EQUIPE ECONÔMICA AINDA CALCULARÁ IMPACTO DE NOVAS MUDANÇAS NA REFORMA
- GOVERNO FEDERAL PREVÊ CRESCIMENTO DE 0,8% NO 1º TRIMESTRE
- COMISSÃO DA CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- DEFENSORES DA NOVA PREVIDÊNCIA FICAM TRANCADOS DURANTE INVASÃO DA CÂMARA
- COMISSÃO DA PREVIDÊNCIA É SUSPensa APÓS INVASÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS
- COMISSÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA REJEITA DESTAQUE QUE ALTERA IDADE MÍNIMA
- TEMER COMEMORA APROVAÇÃO DE TEXTO PRINCIPAL DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- SE PAÍS NÃO FIZER REFORMAS JUROS VOLTARÃO A SUBIR, DIZ MARCUS PESTANA (PSDB-MG)
- PROPOSTA ARROCHA VALOR DAS APOSENTADORIAS, AFIRMA PEPE VARGAS
- LÍDER DO PCDoB NA CÂMARA DIZ QUE REFORMA DE TEMER É A DA 'EXCLUSÃO SOCIAL'
- PEQUENOS AJUSTES NA REFORMA FORAM FEITOS PARA CONTEMPLAR 2 MUDANÇAS, DIZ RELATOR
- COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA COMEÇA A ANALISAR SEGUNDO RELATÓRIO PARCIAL
- VEJA O QUE FOI VOTADO NA COMISSÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- GOVERNO AVALIA QUE VOTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA PODE FICAR PARA QUINTA
- PLENÁRIO PODE VOTAR HOJE PROJETO QUE INCLUI ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO NO CÓDIGO PENAL
- SENADORES QUESTIONAM TAXAS DE JUROS DE CRÉDITO ROTATIVO EM AUDIÊNCIA
- UNIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL NO BRASIL COMPLETA DEZ ANOS
- COMISSÃO MISTA APROVA MP DA REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
- 'INFERNO TRIBUTÁRIO' SERÁ ELIMINADO NESTA LEGISLATURA, DIZ ALOYSIO NUNES
- CUSTO BANCÁRIO E INADIMPLÊNCIA ENCARECEM CRÉDITO, DIZ PRESIDENTE DA FEBRABAN
- IPC-FIPE SOBE 0,61% EM ABRIL E ACUMULA INFLAÇÃO DE 0,99% NO 1º QUADRIMESTRE
- PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS NOS PROJETOS DE LONGO PRAZO SOBE 17% EM 2016
- SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL CRESCE EM ABRIL PELA 1ª VEZ DESDE INÍCIO DE 2015, MOSTRA PMI
- SETOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS SE PREPARA PARA 'ARRANCAR' EM 2017
- GERDAU TEM PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO DE R\$ 34 MI NO 1º TRI
- VENDAS PARARAM DE CAIR, AVALIA POWELS, DA VOLKSWAGEN
- VOLKSWAGEN INVESTE MAIS R\$ 50 MILHÕES EM FÁBRICA DE MOTORES

- MAN LANÇA PECAS DE REPOSIÇÃO MAIS EM CONTA
- JCB INVESTIRÁ R\$ 50 MI NO BRASIL ATÉ 2018
- DELPHI DECIDE TRANSFORMAR DIVISÃO DE POWERTRAIN EM NOVA EMPRESA
- NOS EUA, GM LANÇA SERVIÇO DE OLHO EM NOVA DINÂMICA DA ECONOMIA
- NEW HOLLAND CRESCERÁ 12% A 15% ESTE ANO
- MERCADO DE ROBÓTICA É MUITO PROMISSOR NO BRASIL
- USP PRODUZ PLÁSTICO 100% BIODEGRADÁVEL COM RESÍDUOS DA AGROINDÚSTRIA

CÂMBIO		
EM 04/05/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,182	3,182
Euro	3,489	3,490

Fonte: BACEN

GM dará folgas coletivas a trabalhadores em São José dos Campos

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A General Motors dará na próxima semana folgas coletivas de quatro dias para trabalhadores da fábrica de São José dos Campos (SP) para equilibrar a produção. Divididos em duas equipes, ficarão em casa funcionários da produção da picape S10, das áreas de estamparia e injetoras, que compreendem a maior parte dos 5 mil trabalhadores.

A GM alega ter 1,6 mil funcionários excedentes e tenta negociar o lay-off (suspensão de até cinco meses) com o Sindicato dos Metalúrgicos, que só aceita se a contrapartida for a garantia de empregos. Parte dos operários defende o lay-off e quer que proposta seja votada em assembleia.

Como não houve acordo na terça-feira, 2, em audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas, a GM optou pelas folgas. Nova audiência ocorrerá no dia 9. A empresa não comentou.

Greve dos Correios entra no 8º dia sem acordo nas negociações

04/05/2017 – Fonte: G1

Viaturas que fazem entrega do Sedex dos Correios estacionadas no centro de distribuição, em Campinas (Foto: Erlin Schmidt / EPTV)

A greve dos Correios entrou em seu 8º dia nesta quinta-feira (4) com o impasse nas negociações entre a estatal e os representantes sindicais dos trabalhadores.

Está prevista para esta quinta-feira uma reunião entre a direção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) e o presidente dos Correios, Guilherme Campos.

Nesta quarta, reunião entre os Correios e as representações sindicais no Tribunal Superior do Trabalho (TST) terminou sem acordo.

Os Correios informaram que a paralisação, ainda que parcial, acarreta um potencial de perda de aproximadamente R\$ 6,5 milhões por dia aos cofres da estatal.

Segundo a estatal, integrantes da Fentect bloquearam na quarta-feira o acesso ao edifício-sede da empresa em Brasília, tentando impedir a entrada de funcionários.

Proposta de negociação apresentada pelos Correios no dia 1º foi levada para assembleias dos sindicatos dos trabalhadores filiados à Fentect, que orientou pela rejeição da proposta e continuidade da greve.

No momento, somente os estados do Amapá, Roraima e Rio Grande do Sul continuam fora da greve. De acordo com a Fentect, a adesão à paralisação envolve carteiros, atendentes, administrativos, técnicos e trabalhadores de nível superior.

Os funcionários das agências franqueadas, que são terceirizados, não participam da greve. A empresa possui atualmente cerca de 6.500 agências próprias, além de mais de 1 mil franqueadas.

Segundo a estatal, a paralisação concentra-se principalmente, na área operacional, sendo que 86,31% do efetivo total no Brasil está presente e trabalhando.

Reivindicações

Os representantes dos trabalhadores pedem a retirada da mediação do TST sobre os planos de saúde, revogação da suspensão das férias, debate sobre a situação econômica da empresa, revogação da entrega alternada e otimização de atividade interna, suspensão das ameaças de demissão motivada e privatização, suspensão do fechamento das 250 agências e a criação de comissão com a participação dos trabalhadores para tratar sobre o tema.

A estatal tenta implantar um novo formato para o plano de saúde dos funcionários, o Postal Saúde. A empresa alega que esse custeio é o responsável pela maior parte do déficit registrado nos últimos anos na estatal. Hoje a estatal arca com 93% dos custos dos planos de saúde e os funcionários com 7%.

Quanto ao plano de saúde, os Correios propõem que os sindicatos apresentem uma contraproposta. Caso haja acordo, os Correios retirarão a solicitação de mediação que haviam feito junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os Correios voltaram atrás em relação à decisão de suspender as férias dos trabalhadores. A estatal prevê a revogação da medida por 90 dias e disse que pagará até R\$ 3,5 mil para os empregados que forem tirar férias em maio, junho e julho. O restante dos valores será parcelado. Os sindicatos querem que as férias sejam mantidas.

A estatal também disse que vai descontar as faltas dos funcionários na última sexta-feira (28) e exigirá compensação dos funcionários que faltaram nos últimos dias.

Os Correios informaram que se dispuseram a suspender as novas implantações de medidas operacionais como a distribuição domiciliar alternada, entrega matutina e organização das atividades internas e que essas medidas serão negociadas em

comissão a ser formada com essa finalidade. Os casos locais e os que apresentarem maior dificuldade serão prioridade na negociação.

Crise nos Correios

Os Correios enfrentam uma severa crise econômica e medidas para reduzir gastos e melhorar a lucratividade da estatal estão em pauta.

Nos últimos dois anos, os Correios apresentaram prejuízos que somam, aproximadamente, R\$ 4 bilhões. Desse total, 65% correspondem a despesas de pessoal.

Em 2016, os Correios anunciaram um Programa de Demissão Incentivada (PDI) e pretendia atingir a meta de 8 mil servidores, mas apenas 5,5 mil aderiram ao programa.

Os Correios planejam também fechar cerca de 200 agências neste ano, além de uma série de medidas de redução de custos e de reestruturação da folha de pagamentos. Segundo os Correios, o fechamento dessas agências acontecerá sobretudo nos grandes centros urbanos.

No dia 20 de abril, o presidente dos Correios, Guilherme Campos, afirmou que a demissão de servidores concursados está na pauta e vem sendo estudada. Segundo ele, os Correios não têm condições de continuar arcando com sua atual folha de pagamento e contratou um estudo para calcular quantos servidores teriam que ser demitidos para que o gasto com a folha fosse ajustado.

Nesta quinta-feira, no entanto, foi anunciada a escolha da organizadora do próximo concurso dos Correios para as áreas de saúde, segurança e engenharia para os cargos de auxiliar de enfermagem do trabalho júnior, técnico de segurança do trabalho júnior, enfermeiro do trabalho júnior, engenheiro de segurança do trabalho júnior e médico do trabalho júnior. O número de vagas e salários não foram divulgados.

O último concurso dos Correios foi realizado em 2011 para 9,1 mil vagas.

Aprovada polêmica MP que pode impedir renovação de pedágios no Paraná

04/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Texto passou pela Câmara dos Deputados na noite de terça-feira (2) e ainda precisa ser votado no Senado



Sergio Souza: deputado paranaense é relator da MP. Henry Milleo/Gazeta do Povo
O corpo principal da Medida Provisória (MP) 752/2016, que estabelece condições para "relicitações" e prorrogações de contratos de parceria do governo federal nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário no país, foi aprovado por volta das 21 horas desta terça-feira (2), apesar dos protestos da oposição, que a classifica de "cheque em branco para negociações escusas".

A MP perde a validade já na sexta-feira (5) e ainda falta receber o aval do Senado para ser convertida em lei.

O deputado federal Sérgio Souza (PMDB), da bancada do Paraná, relator do tema e aliado do Planalto, encabeçou a defesa da MP. "Ela traz, sim, a possibilidade de

prorrogação, mas a prorrogação mediante condicionantes. E as condicionantes obrigam o investimento. Sem investimento para destravar o modal engessado, como o modal ferroviário, não se faz nenhum tipo de prorrogação”, argumentou o paranaense.

Para a oposição, a MP é um “prêmio para as empresas”. “Vai permitir uma prorrogação de contrato, abrindo mão da necessária licitação, e sem um exame dos serviços prestados, favorecendo concessionárias poderosas”, criticou o deputado federal Chico Alencar (Psol-RJ).

“As concessionárias que não cumpriram com as obras que deveriam ter sido feitas vão ganhar uma anistia e também um prêmio, mais 30 anos de concessão”, completou o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS).

Dispositivo proíbe a renovação dos contratos de concessões de rodovias da década de 90

Sérgio Souza admite que nem todos os contratos merecem prorrogação, mas cita um dispositivo inserido na MP para restringir a renovação.

“Estamos colocando um dispositivo que proíbe a renovação dos contratos de concessões de rodovias da década de 90, que têm os pedágios mais caros do Brasil e um dos mais caros do mundo.

O dispositivo diz que só é permitida a prorrogação se houver a previsão expressa no contrato original ou no edital de licitação original. Isso, na prática, engessará toda e qualquer prorrogação das rodovias da década de 90. Como relator, eu fui olhar um por um”, assegurou o peemedebista.

O dispositivo mencionado pelo relator seria suficiente, na visão dele, para barrar a renovação de contratos de concessão existentes em rodovias do Paraná. “Eu sou do Paraná. Jamais admitiria a prorrogação dos pedágios do Paraná, que são abusivos, que sangram o setor produtivo. Sepultamos isso”, discursou Sérgio Souza.

A oposição tentou retirar a MP da pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados, mas não conseguiu apoio suficiente: foi derrotada por 202 votos contra 68.

“O critério da urgência para edição de MP nem foi atendido. São concessões que vencem só daqui dez anos. Qual a urgência disso?”, reclamou o deputado federal Alessandro Molon (Rede-RJ).

Faturamento real da indústria cai 6,7% no 1º trimestre

04/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



O faturamento real da indústria acumula queda de 6,7% no primeiro trimestre de 2017 na comparação com igual período do ano passado. A informação está na pesquisa Indicadores Industriais, divulgada ontem, 3, pela Confederação Nacional da Indústria

(CNI). A massa salarial também registrou recuo no período, diminuindo 5,6%, e o emprego no setor apresentou queda de 4,4%.

A comparação também mostra redução de 3,3% nas horas trabalhadas e de 1,2% no rendimento médio real em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

A análise mensal revela queda de todos os indicadores em março deste ano ante o mesmo mês de 2016.

Sinais positivos

No entanto, na comparação com fevereiro, a atividade industrial em março deste ano mostra alguns sinais positivos. O faturamento real mês a mês aumentou 2,4%. Segundo a CNI, foi a terceira alta mensal consecutiva do faturamento em um período de cinco meses.

O rendimento médio cresceu 1,2% e a massa salarial aumentou 0,4% no mesmo período. Os outros indicadores caíram na comparação mês a mês, com recuo de 0,7% nas horas trabalhadas na produção e de 0,2% no emprego.

Na avaliação da CNI, os dados de março apontam continuidade da dinâmica observada em meses recentes. "Os dados da indústria alternam variações positivas e negativas, sem caracterizar ainda uma tendência de retomada da atividade", analisou a entidade.

Indicadores Industriais

04/05/2017 – Fonte: CNI

Faturamento em recuperação

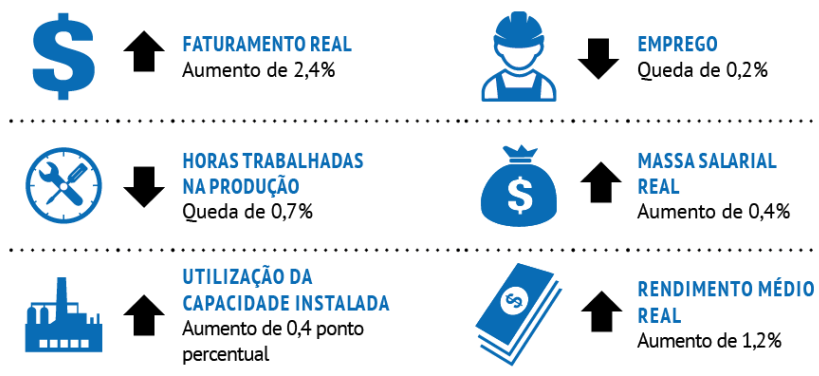
A comparação dos indicadores do primeiro trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016 segue registrando queda.

Com relação à tendência recente, contudo, o faturamento mostra um desempenho mais favorável. Nos últimos cinco meses foi registrado um crescimento de 5,5%.

Março/2017

Indicadores industriais março 2017

Varição frente a fevereiro de 2017
(com ajuste sazonal)



Parceria vai promover desenvolvimento tecnológico no Brasil

04/05/2017 – Fonte: Portal Brasil

Inovação

Parceria pretende desenvolver tecnologia de ponta para atender, inclusive, a indústria automotiva

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vão executar um conjunto de propostas para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico por meio da inovação.

A parceria entre os órgãos, iniciada na terça-feira (2), foi firmada em encontro que reuniu, na sede da Financiadora no Rio de Janeiro, o ministro Marcos Pereira e os presidentes da Finep, Marcos Cintra, do Inmetro, professor Carlos Augusto de Azevedo, e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Guto Ferreira.

A intenção do MDIC e da Finep é unir esforços em prol de setores considerados estratégicos para o País. Entre eles, estão os de manufatura avançada, segurança cibernética, smart cities, startups e tecnologia de ponta para atender à indústria automotiva. Um dos projetos é o de criação da primeira plataforma de crash test da América do Sul, que atenderá à produção de todo o continente.

Para o desenvolvimento dos projetos, será criada uma frente de trabalho conjunto. "Tem toda a sinergia a parceria entre o MDIC e a Finep, sobretudo envolvendo o Inmetro e a ABDI, pois no ministério temos uma ligação direta com o setor produtivo", explicou Marcos Pereira.

Finep e MDIC também devem trabalhar para o aperfeiçoamento tecnológico de soluções cotidianas aplicadas ao comércio, que visam a melhoria da qualidade dos produtos brasileiros.

Edital de inovação para indústria disponibiliza R\$ 53,6 mi para novos projetos

04/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Novidade da atual edição é a disponibilidade de R\$ 20 milhões para micro e pequenas empresas e até empreendedores individuais



Estão abertas as inscrições para o Edital de Inovação para a Indústria, cujos recursos para o desenvolvimento de projetos inovadores chegam a R\$ 53,6 milhões em aportes que serão disponibilizados por meio da parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Empresas de qualquer porte podem se inscrever nas seis categorias de participação.

A grande novidade em 2017 é o contrato firmado com o SEBRAE que disponibilizará até R\$ 20 milhões para a execução de projetos de microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas. Para projetos elaborados e executados com unidades do SENAI, o recurso será de até R\$ 50 milhões e para projetos elaborados e executados com unidades do SESI, até R\$ 3,6 milhões.

O objetivo é financiar o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços inovadores para a indústria nacional, incentivando a inovação tecnológica e a inovação em saúde, segurança e qualidade de vida. O desenvolvimento dos projetos propostos pelas empresas participantes deve ser realizado, obrigatoriamente, em conjunto com uma unidade do SENAI ou SESI, dependendo do escopo do projeto.

A íntegra do edital pode ser conferida em www.editaldeinovacao.com.br. Em Santa Catarina, as empresas interessadas podem procurar as unidades do SENAI ou do SESI, entidades que integram a FIESC. Serão avaliados o potencial inovador, o modelo de negócios, o plano e a viabilidade técnico econômica dos projetos inscritos.

Histórico

O Edital de Inovação para a Indústria, chamado de Edital SENAI SESI de Inovação até 2016, foi lançado em 2004 e desde o seu lançamento até o ano de 2016, foram aprovados 759 projetos em parceria com 649 empresas industriais brasileiras e startups de base tecnológica com investimentos de mais de R\$ 400 milhões em projetos inovadores.

ICMS-ST – mercadorias fabricadas em escala industrial não relevante está livre do regime

04/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Fabricante de mercadorias em pequena escala fica livre das regras do ICMS Substituição Tributária

Esta regra aplica-se apenas às empresas contribuintes do ICMS optantes pelo Simples Nacional.

Os bens e mercadorias relacionados no Anexo XXVII serão considerados fabricados em escala industrial não relevante quando produzidos por contribuinte que atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – ser optante pelo Simples Nacional;
- II – auferir, no exercício anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);
- III – possuir estabelecimento único;
- IV – ser credenciado pela administração tributária da unidade federada de destino dos bens e mercadorias, quando assim exigido.

Atendidos estes requisitos o fabricante dos produtos no Anexo XXVII não será substituto tributário na operação.

Confira parcialmente Anexo XXVII do Convênio ICMS 52/2017.

ANEXO XXVII

BEM E MERCADORIA NÃO SUJEITOS AOS REGIMES DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA OU DE ANTECIPAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ICMS COM ENCERRAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, SE FABRICADOS EM ESCALA INDUSTRIAL NÃO RELEVANTE

(Cláusula quarta, § 3º, do Convênio ICMS ____/16)

Bebidas não alcoólicas constantes dos Anexos IV e XVII do Convênio ICMS 52/2017

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	03.001.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em garrafa de vidro, retornável ou não, com capacidade de até 500 ml
2	03.002.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml
3	03.003.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem de vidro, não retornável, com capacidade de até 300 ml

4	03.004.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em garrafa plástica de 1.500 ml
5	03.005.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em copos plásticos e embalagem plástica com capacidade de até 500 ml
6	03.006.00	2201.10.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas
7	03.007.00	2202.10.00	Águas mineiras, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas ou aromatizadas artificialmente, exceto os refrescos e refrigerantes
8	03.008.00	2202.99.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas ou aromatizadas artificialmente
9	03.010.00	2202	Refrigerante em garrafa com capacidade igual ou superior a 600ml
10	03.011.00	2202	Demais refrigerantes
11	03.012.00	2106.90.10	Xarope ou extrato concentrado destinados ao preparo de refrigerante em máquina "pré-mix" ou "post-mix"
12	03.013.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade inferior a 600ml
15	03.014.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
16	03.015.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicos) em embalagem com capacidade inferior a 600ml
17	03.016.00	2106.90 2202.99.00	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicos) em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
18	03.022.00	2202.91.00	Cerveja sem álcool
19	17.110.00	2202.10.00	Refrescos e outras bebidas prontas para beber à base de chá e mate
20	17.111.00	2202.10.00	Refrescos e outras bebidas não alcoólicas, exceto os refrigerantes e as demais bebidas nos CEST 03.007.00 e 17.110.00
21	17.112.00	2202.99.00	Néctares de frutas e outras bebidas não alcoólicas prontas para beber, exceto isotônicos e energéticos
22	17.113.00	2101.20 2202.99.00	Bebidas prontas à base de mate ou chá
23	17.114.00	2202.99.00	Bebidas prontas à base de café
25	17.115.00	2202.99.00	Bebidas alimentares prontas à base de soja, leite ou cacau, inclusive os produtos denominados bebidas lácteas

Consulte [aqui](#) lista completa das mercadorias relacionadas no Anexo XXVII do Convênio ICMS 52/2017, que podem ficar livres do ICMS-ST.

Projeto de 'quase-Refis' eleva benefícios para as empresas

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A comissão mista de deputados e senadores que avalia a Medida Provisória n.º 766, conhecida como "quase-Refis", aprovou nesta quarta-feira, 3, o parecer do relator, o

deputado federal Newton Cardoso Junior (PMDB-MG), que transforma a medida em um super programa de parcelamento e perdão de dívidas tributárias para empresas. O "quase-Refis" passa a ser "mais do que um Refis", segundo a advogada tributária Ana Cláudia Utumi, do escritório Tozzini Freire.

O texto aprovado na comissão altera completamente a primeira versão proposta. Antes apenas empresas com prejuízos fiscais, gerados pelos anos de prejuízo contábil, poderiam ter de fato um benefício, mas não tinham qualquer desconto. O parcelamento era em até 120 vezes. Agora, toda e qualquer empresa terá benefícios para participar do programa, mesmo que não tenha os tais prejuízos fiscais. As dívidas poderão ser pagas com desconto de 90% do valor das multas, de 99% do valor dos juros e honorários e ainda parcelado em 240 vezes.

Os prejuízos fiscais passam a ter uma versão turbinada, segundo Ana Cláudia. Pela nova redação, o valor efetivo a ser usado dos prejuízos será 2,5 vezes maior. Na prática, será criado caixa para as empresas. Isso acontece porque hoje as empresas usam o prejuízo fiscal como base de cálculo.

Se ela tem R\$ 100 milhões em prejuízo, levando em conta as alíquotas dos impostos de 34% (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido), passa a poder usar R\$ 34 milhões para abater a dívida. Agora, o percentual será multiplicado. Sendo assim, nesse exemplo, chegaria a 85%.

Como o projeto está criando dinheiro, a Receita Federal efetivamente terá perda de arrecadação. Para tentar evitar que o dinheiro acabe sendo distribuído a acionistas como lucro, há uma previsão para que esse recurso fique dentro da empresa, numa conta contábil chamada "reserva de capital".

"Se o relatório for aprovado pelo plenário da Câmara e pelo Senado, com certeza será o mais generoso parcelamento já visto, o que não deixa de ser adequado neste momento de crise", disse o advogado Luiz Gustavo Bichara, do escritório Bichara Advogados. A justificativa do relator para tamanha alteração foi justamente a de que as empresas precisam neste momento de crise um alívio para poder ajudar na retomada da economia.

Além dos descontos e do prazo maior de pagamento, a primeira parcela, em que se exigia pagamento em dinheiro, agora poderá ser paga com imóveis ou precatórios. Os contribuintes que pagarem seis parcelas em dia, terão bônus de 10% de desconto nos juros das prestações seguintes.

O programa de parcelamento em 240 vezes se estenderá para autarquias e fundações públicas. Isso significa que empresas que tiverem dívidas de processos no Banco Central ou na Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo, poderão encerrar os processos pagamento em até 240 vezes e ainda com desconto de 50%.

Pedidos de falência caem 15% nos primeiros 4 meses de 2017

04/05/2017 – Fonte: Exame

No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, houve elevação de 0,2% nos pedidos

Falência: os dados divulgados hoje (3) são da Boa Vista Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e tem abrangência nacional (foto/Getty Images)

O número de pedidos de falência caiu 15% no país nos primeiros quatro meses de 2017, em comparação a igual período do ano passado.

No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, houve elevação de 0,2%. Os dados divulgados hoje (3) são da Boa Vista Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e tem abrangência nacional.

A quantidade de falências decretadas no primeiro quadrimestre foi 1,6% menor do que o registrado em igual período de 2016. No acumulado dos últimos 12 meses, porém, houve elevação de 11,5%.

“É possível que as empresas passem a revelar melhores resultados dos indicadores de solvência, uma vez superado o período de baixa atividade econômica, restrição ao crédito, redução do consumo e outros fatores. A tendência é de recuperação da capacidade das empresas arcarem com seus compromissos financeiros”, disse a empresa, em nota.

A Boa Vista SCPC reúne informações comerciais e cadastrais de mais de 130 milhões de empresas e consumidores.

O número de pedidos de recuperação judicial no primeiro quadrimestre teve forte recuo, de 28,3%. No entanto, no acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu elevação de 3,7%.

A quantidade de recuperações judiciais decretadas também caiu nos primeiros quatro meses, com retração de 18,5% em relação ao mesmo período de 2016. Já no acumulado dos últimos 12 meses, houve elevação de 12%.

Renan recebe centrais sindicais e oposição para debater reforma trabalhista

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), está reunido na liderança do partido com representantes das centrais sindicais para discutir a reforma trabalhista. A proposta foi aprovada pela Câmara na semana passada e chegou ontem ao Senado. Também participam do encontro diversos membros da oposição, como a líder do PT na Casa, Gleisi Hoffmann (PR), o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

No início da reunião, o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o líder do PMDB. “Renan tem sido um parceiro. Ele está sendo coerente com a sua história”, declarou. Nas últimas semanas, o peemedebista tem feito duras críticas às medidas econômicas defendidas pelo governo. Paim disse ainda que, enquanto Renan era presidente da Casa, não permitia que fossem apreciadas propostas que retirassem direitos dos trabalhadores, citando a da terceirização irrestrita para todas as atividades, sancionada há cerca de um mês.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que o Senado tem a obrigação de revisar o “desmonte” feito pela Câmara com a reforma trabalhista. “Temos que ter tempo para fazer a discussão”, pediu. Ele destacou que as propostas do governo não têm legitimidade, pois “não foram feitas em nenhuma campanha de presidente que ganhou ou perdeu eleição”.

Renan cumprimenta sindicalistas por greve geral da última sexta-feira

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), cumprimentou líderes sindicais pela greve geral da última sexta-feira, 28, e se colocou à disposição para encaminhar “propostas consensuais”. Ao lado da oposição, Renan recebeu novamente as centrais sindicais na liderança do partido para discutir a tramitação da reforma trabalhista, que chegou ontem à Casa. “Vamos conversar com quem for, os trabalhadores precisam

ser ouvidos. Mas não podemos permitir que esse desmonte se faça do jeito que essa gente quer”, declarou.

Renan reforçou em seu discurso que as centrais sindicais são importantes para organizar os movimentos nas ruas contra as medidas econômicas defendidas pelo governo. “Na medida em que houver movimentação, vamos ter reflexo disso no Senado”, avaliou. Ele também afirmou que só será possível “resistir” na Casa se os parlamentares “contarem com a mobilização social”. “O Senado é uma Casa complexa, mas o processo legislativo não tem como caminhar se não com o ouvido colado nas ruas.”

Ele criticou um dos pontos do texto da reforma trabalhista em discussão no Congresso, que acaba com a contribuição sindical obrigatória. “Como você tira a contribuição sindical e mantém a patronal? A quem interessa isso?”, questionou o líder do PMDB. Renan disse ainda que as medidas econômicas defendidas pelo governo, citando a terceirização irrestrita para todas as atividades, sancionada no mês passado, e as reformas trabalhista e previdenciária, ainda em discussão, são “contra os trabalhadores e as regiões mais pobres do Brasil”.

Renan atua nos bastidores ao lado de opositores para que a proposta da reforma trabalhista também passe pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida por um de seus aliados, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), que seria responsável por escolher o relator do texto no colegiado. Ele também defende que o texto não ganhe caráter de urgência na tramitação.

Nesta terça-feira, 2, o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), anunciou que o projeto de lei da reforma trabalhista iria tramitar simultaneamente apenas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cujo presidente é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

PSDB define senador Ricardo Ferraço como relator da reforma trabalhista na CAE

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi escolhido pela cúpula do PSDB para ser o relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), comandado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A relatoria da proposta na Câmara já havia ficado com um tucano, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) que ontem apresentou à bancada do Senado os principais pontos da proposta, aprovada na Câmara na madrugada da última quinta-feira, 27.

Em conversa com a reportagem, o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), considerou que, entre os itens que deverão ser mantidos, está o que extingue a contribuição sindical.

“Essa acabou sendo uma posição consensual dentro do partido. Discutimos até uma alternativa de uma possível transição de alguns anos para que isso ocorresse. Mas consultada a nossa bancada da Câmara e no Senado há hoje uma posição amplamente majoritária pela manutenção do texto”, afirmou Aécio.

Além da CAE, o projeto também tramitará na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), comandada pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), antes de ser encaminhado para votação no plenário do Senado.

Aliados do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), apresentaram, contudo, um requerimento para que o projeto também seja discutido pela Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA), e que integra o grupo mais próximo do senador alagoano.

Renan é um dos principais críticos à reforma encaminhada pelo governo Temer. E o possível encaminhamento da proposta para a CCJ é considerado por integrantes da cúpula do governo como uma forma de postergar, por tempo indeterminado, a conclusão das discussões nas comissões. Em razão disso, o requerimento apresentado não deverá contar com o apoio dos demais partidos da base aliada.

“Excluir a CCJ é excluir os especialistas que estão na comissão de analisar o projeto que vai reformular a Consolidação da Lei Trabalhista brasileira. Não sou a favor de postergar, até porque a CCJ pode fazer audiências conjuntas”, ressaltou o senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Renan opera e tramitação da reforma trabalhista deve ser desacelerada no Senado

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A articulação do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), fez o governo recuar e aceitar uma tramitação mais lenta para a reforma trabalhista na Casa. O vice-presidente da Casa, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), propôs um acordo à oposição nesta quarta-feira, 3, para que a proposta também passe pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – além da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) que já haviam sido acordadas.

Para fechar o acordo, a oposição teria que desistir dos requerimentos apresentados no plenário pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) pedindo que o texto tramite em um quarto colegiado: a Comissão de Direitos Humanos (CDH), comandada pela senadora Regina Sousa (PT-PI). Os opositoristas, entretanto, ainda avaliam a proposta. Eles consideram que o governo só mudou de ideia por considerar que não possui votos suficientes para derrotá-los.

Ontem, apesar de protestos da oposição, Cássio informou os líderes que o projeto passaria simultaneamente pela CAS e pela CAE. O Palácio do Planalto tentava evitar a CCJ, presidida por um dos principais aliados de Renan, senador Edison Lobão (PMDB-MA), que seria responsável por indicar o relator da matéria. Dessa forma, além de atrasar a tramitação do texto, Lobão poderia eleger um senador para o cargo alinhado ao peemedebista, que defende mudanças no texto.

Nesta quarta-feira, Renan voltou a criticar a reforma trabalhista durante reunião com as centrais sindicais no Senado.

“Vamos conversar com quem for, os trabalhadores precisam ser ouvidos. Mas não podemos permitir que esse desmonte se faça no calendário que essa gente quer”, declarou. Ele cumprimentou líderes sindicais pela greve geral da última sexta-feira contra as medidas econômicas defendidas pelo governo e se colocou à disposição para encaminhar “propostas consensuais”.

Espero entregar relatório da reforma trabalhista até final de maio, diz Ferraço

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Escolhido para ser o relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), pretende apresentar o texto final da proposta para votação no colegiado até o final deste mês. Além da CAE, o projeto também deverá passar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de ser encaminhado para votação do plenário.

“Espero até o final do mês entregar meu relatório. O acervo de informação, debates, indicadores, enfim, tudo que foi feito na Câmara será levado em consideração”, ressaltou Ferraço em entrevista à reportagem. “É preciso que a gente olhe para a nossa realidade, mas é fundamental também que a gente olhe para a realidade do mundo e sobretudo o impacto que esse processo pode produzir no conjunto da economia brasileira, na geração de emprego, na segurança jurídica, para tornar a nossa economia mais competitiva”, emendou.

O tucano pretende se reunir ainda no dia de hoje com o presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para definir um cronograma de audiências públicas.

“A expectativa nossa é que já na próxima quarta-feira (10) possamos ter a primeira audiência pública para ouvirmos as partes que constroem o contraditório deste que é um tema absolutamente relevante e decisivo para a economia brasileira” afirmou o relator.

Responsável pela elaboração do texto que irá para votação na comissão, o tucano disse que ouvirá todos, o que inclui representantes das centrais sindicais, que têm encampado uma campanha contra votação da reforma. A principal queixa dos sindicalistas é a possibilidade de ser extinta contribuição sindical, como prevê a reforma.

“Vamos ouvir as centrais. Elas terão oportunidade de se manifestar. Pretendemos conduzir esse trabalho com espírito democrático. Mas da mesma forma que vamos ouvir as centrais, vamos ouvir os empreendedores brasileiros, que geram emprego, que ao lado dos trabalhadores são os geradores de riqueza”, ressaltou Ferraço.

Em conversa com a reportagem, o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), ressaltou que a legenda irá defender que o fim da contribuição sindical permaneça no relatório final da proposta.

“Essa acabou sendo uma posição consensual dentro do partido. Discutimos até uma alternativa de uma possível transição de alguns anos para que isso ocorresse. Mas consultada a nossa bancada da Câmara e no Senado há hoje uma posição amplamente majoritária pela manutenção do texto”, afirmou Aécio.

Plenário

Após passar pela CAE, a reforma trabalhista será encaminhada para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). O relator até o momento não foi escolhido pela presidente do colegiado, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Segundo ela, o nome deve ser definido ainda nesta semana. “Ainda estou vendo, mas até o final desta semana decido. Vai ficar com um integrante do PMDB”, ressaltou.

“A Comissão de Assuntos Econômicos e a nossa vão trabalhar bastante em conjunto. Não podemos nem ser açodados nem podemos realizar um processo letárgico. Vamos ouvir todos. Se for necessário ter uma terceira audiência, se alguns estiverem insatisfeitos, não vejo nenhum problema”, considerou Marta.

Embora assegure que todos irão ser ouvidos, a senadora acredita que ainda neste semestre a votação será concluída no plenário do Senado. “Até meados de junho concluímos na Comissão e até o final de julho será votada no plenário”, afirmou.

Meirelles: equipe econômica ainda calculará impacto de novas mudanças na reforma

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quarta-feira, 3, que a equipe econômica ainda irá calcular o impacto das últimas concessões feitas pelo deputado

Arthur de Oliveira Maia (PPS-BA) no relatório da reforma da Previdência com relação à economia projetada para os próximos anos. Ele lembrou que, até agora, as mudanças no projeto feitas na Câmara dos Deputados já reduziram em 24% o efeito fiscal da reforma em um período de 10 anos.

“Essa economia de 76% que restou do projeto original ainda está dentro do que prevíamos, dentro de um processo normal de negociação com o Congresso, que acreditamos que está indo bem. O importante é que o ajuste fiscal seja substancial e a nossa equipe está calculando os efeitos dessas novas concessões”, disse o ministro ao deixar o evento sobre liberdade de imprensa, na sede da OAB no Distrito Federal. Segundo ele, a expectativa é de que os efeitos se mantenham dentro dessa margem de 30% dos impactos da proposta original.

Meirelles repetiu esperar que a votação da reforma ocorra no plenário da Câmara ainda em maio, mas disse que um eventual atraso de algumas semanas na votação não prejudica a medida formulada para ter efeito durante décadas. “Mas, quanto mais cedo se votar, melhor pela influência sobre as expectativas dos agentes financeiros e pensando na recuperação da economia.”

Após dizer em apresentação que a economia brasileira já cresceu no primeiro trimestre de 2017, Meirelles adiantou que esse ritmo de alta foi de 3% anualizado nos três primeiros meses do ano. Questionado se a equipe econômica já estuda alterar a projeção de alta do PIB este ano – que atualmente está em 0,5% – o ministro disse que é preciso esperar evidências mais sólidas de uma expansão maior da atividade para se fazer uma nova estimativa, mas confirmou que o viés da atual projeção é de alta.

Ele lembrou que, no último trimestre deste ano, a projeção da Fazenda é de um crescimento de 2,7% ante o último trimestre de 2016. “A projeção de 0,5% no ano é a média anual. Mas na ponta já estaremos crescendo a 2,7%. Isso que é importante. Temos um crescimento de 3% no primeiro trimestre, esperamos uma acomodação no segundo trimestre e chegaremos a esse crescimento no fim do ano”, disse.

Eleição

Ao final da entrevista, Meirelles foi questionado se a recuperação da economia este ano o alçaria à condição de presidenciável nas eleições de 2018. “No momento, estou focado na economia”, limitou-se a responder.

Governo federal prevê crescimento de 0,8% no 1º trimestre

04/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A equipe econômica do presidente Michel Temer calcula que a economia brasileira cresceu 0,8% no primeiro trimestre em relação ao trimestre anterior, e avalia a possibilidade de rever a projeção oficial para o crescimento deste ano, atualmente de 0,5%.

Na avaliação dos economistas do governo, melhoras na safra agrícola e nas vendas do varejo, impulsionadas pelos saques nas contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), injetaram ânimo na economia.

Os números do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre serão divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em junho. Se a previsão dos economistas do governo se confirmar, será o primeiro trimestre positivo desde o início da atual recessão, em 2014.

Nesta quarta (3), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que poderá revisar para cima a previsão de crescimento para 2017.

"O Brasil já está crescendo a um ritmo [anualizado] de 3% no primeiro trimestre. Deve cair um pouco no segundo trimestre, e voltar a se recuperar no segundo semestre." Segundo ele, "há um viés de alta" na projeção oficial. Mudanças metodológicas feitas pelo IBGE, que ainda estão sendo estudadas no governo, poderão influir no resultado, porque provocaram uma revisão para cima dos dados do comércio e dos serviços.

Em conversas com representantes do setor privado, o ministro da Fazenda tem dito que o país saiu da recessão e aponta dados recentes para comprovar sua tese —o licenciamento de automóveis cresceu 24%, o transporte de carga nas estradas, 12%, a produção de papelão para embalagens, 11%, e o consumo de energia aumentou 12%.

Entre os números apresentados por Meirelles também estão lucros exibidos nos balanços mais recentes pela mineradora Vale, pelo grupo Pão de Açúcar, pela Natura, pelo Bradesco e pelo Santander.

PREVIDÊNCIA

Apesar da expectativa otimista, Meirelles segue apreensivo com o andamento da reforma da Previdência.

Em conversas reservadas, o ministro diz que o governo cedeu "até onde podia" para viabilizar a aprovação da proposta no Congresso, e que novas concessões seriam mal vistas no mercado financeiro.

Segundo o ministro, não há mais o que a Fazenda possa fazer e cabe à ala da política do governo trabalhar para assegurar os 308 votos necessários para aprovar a reforma no plenário da Câmara.

O núcleo político do governo, com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo) à frente, já fez chegar à Fazenda a avaliação de que, diante da dificuldade para alcançar os 308 votos, a votação do projeto no plenário deve ficar para junho.

Comissão da Câmara aprova texto-base da reforma da Previdência

04/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O texto-base da reforma da Previdência foi aprovado na noite desta quarta-feira (3) na comissão especial que discute o assunto na Câmara.

Depois de muitas mudanças e recuos, além da troca de membros do colegiado contrários à reforma, o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) foi aprovado por 23 votos a favor e 14 contra. O governo trabalhava com pelo menos 22 votos favoráveis.

Dez partidos orientaram seus deputados a votar contra a reforma, inclusive PSB, SD, Pros e PHS, legendas que integram a base do governo. O placar representa 62% dos votos da comissão, em torno da proporção necessária para que a proposta seja aprovada pelo plenário (308 dos votos, ou 60% do total de deputados).

O texto de Maia altera pontos centrais da proposta original, encaminhada pelo governo do presidente Michel Temer no final do ano passado.

Algumas dessas alterações foram definidas após queda de braço entre as equipes política e econômica do governo.

Até o último minuto —e até com a sessão marcada para votação em andamento—, o relator fez mudanças no texto.

Nesta quarta, instantes após anunciar um benefício aos agentes penitenciários, que poderia equiparar as regras de aposentadoria deles às dos policiais federais, o relator voltou atrás.

Do lado de fora do Congresso, os agentes protestaram. Do lado de dentro a gritaria contra o recuo coube aos integrantes da "bancada da bala".

A justificativa do relator foi que parlamentares alegaram que o Legislativo estava atendendo o pedido de um grupo que fez um movimento "contra a lei brasileira", ao invadir o Ministério da Justiça na tarde desta terça-feira (2).

Na noite de terça, Maia já havia feito uma alteração, beneficiando os cerca de 500 policiais legislativos que atuam na Câmara e no Senado, como a **Folha** mostrou nesta madrugada. Essa categoria passou a ter as mesmas regras dos policiais federais, com idade reduzida para aposentadoria.

Após aprovar o texto principal, foram votados de uma só vez todos os destaques apresentados individualmente por deputados para alterar o relatório de Maia.

Por acordo, esses destaques seriam votados simbolicamente. Aparentemente, mais opositoristas levantaram a mão, o que irritou o presidente da comissão, Carlos Marun (PMDB-MS), que decidiu fazer votação nominal.

Os destaques individuais foram rejeitados por 22 votos contra e 14 a favor.

NOVA PREVIDÊNCIA

A primeira grande mudança do relatório em relação à proposta original do governo foi a diferenciação da idade mínima de aposentadoria da mulher na regra geral. O relatório propõe 62 anos para elas e 65 anos para eles. O tempo de contribuição de 25 anos foi mantido para os dois gêneros.

A regra vale para trabalhadores urbanos vinculados ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e para os servidores públicos.

A mudança na idade da mulher, e não no tempo de contribuição, conforme mostrou a **Folha**, privilegia as mais ricas. Para as mulheres de baixa renda, teria mais efeito a redução do tempo de contribuição.

Atualmente, é possível se aposentar sem idade mínima, com tempo de contribuição de 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres). Essa modalidade é mais acessada pelos trabalhadores de maior renda, que conseguem se manter mais tempo em empregos formais.

Os trabalhadores que recebem menores valores de aposentadoria costumam de aposentar por idade, com 65 anos (homens) e 60 (mulheres), além de 15 anos de contribuição.

TRANSIÇÃO

A regra de transição, um dos pontos mais criticados na proposta original, foi alterada pelo relator. Na proposta original, ela começava aos 45 anos (mulher) e 50 anos (homem) e tinha um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição restante para a aposentadoria.

O parecer estabelece que não haverá um corte de idade para se enquadrar na transição e que o pedágio, para quem pretendia se aposentar por tempo de contribuição, será de 30%, conforme antecipou a **Folha**.

A idade mínima para quem pretendia se aposentar por tempo de contribuição vai começar em 53 anos para mulheres e em 55 para homens. Esse patamar vai subir um ano a cada dois anos a partir de 2020. A idade a ser observada pelo segurado é aquela referente ao ano em que ele termina de cumprir o pedágio.

Para quem pretendia se aposentar por idade, a idade exigida dos homens será mantida em 65 anos. Para mulheres, a idade passou dos atuais 60 anos para 62, com o aumento de um ano na idade mínima a cada dois anos, a partir de 2020. O tempo de contribuição, hoje em 15 anos, chegará a 25 anos. Para isso, subirá 6 meses a cada ano, também a partir de 2020.

REGRA DE CÁLCULO

Para contornar as críticas ao prazo de 49 anos necessários para atingir o valor máximo do benefício, o relator propôs a redução para 40 anos.

A solução encontrada, porém, diminui o valor de partida da aposentadoria: quem tiver 65 anos (homem) ou 63 anos (mulher) e 25 anos de contribuição terá direito a 70% da média salarial, e não 76%, como previa o texto original.

O percentual de 70% subirá 1,5 ponto percentual de 25 a 30 anos de contribuição; 2 pontos dos 30 aos 35 anos; e 2,5 pontos dos 35 aos 40.

Outra mudança que reduz o valor do benefício é que esse novo percentual da regra de cálculo incidirá sobre a média de todas as contribuições do trabalhador desde 1994, em vez de ser calculado em cima das 80% maiores contribuições, como é hoje.

APOSENTADORIA RURAL

Para o trabalhador rural de economia familiar, a idade mínima de aposentadoria será de 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres), com 15 anos de contribuição. A proposta original do governo previa para os trabalhadores rurais as mesmas regras dos trabalhadores urbanos.

PENSÃO

O relator manterá as pensões vinculadas ao salário mínimo, diferente do que queria o governo.

Para quem tiver direito a um valor superior, fica mantida a regra de uma cota de 50%, acrescida de 10% por dependente.

O acúmulo de pensão com aposentadoria poderá ocorrer até o limite de dois salários mínimos. Para quem ultrapassar esse valor, será possível optar pelo benefício de maior valor.

As pessoas que hoje já acumulam esses benefícios não serão afetadas.

SERVIDORES

O relator manteve em seu texto um ponto que causou revolta de servidores públicos por dificultar o acesso à integralidade e paridade —ou seja, o direito a aposentar com o salário da ativa e ter o mesmo reajuste dos funcionários públicos em exercício.

Os servidores que entraram até 2003, que hoje têm esses dois privilégios, terão que esperar até 62 anos (mulher) e 65 anos (homem) para alcançar a integralidade e a paridade, segundo a regra proposta. Os que quiserem aposentar antes disso têm direito a 100% da média de contribuição.

Os funcionários públicos que entraram após 2003 terão direito a 70% da média de contribuição. Esse percentual subirá 1,5 ponto percentual de 25 a 30 anos de contribuição; 2 pontos dos 30 aos 35 anos; e 2,5 pontos dos 35 aos 40.

As regras estabelecidas no texto passarão a valer para os Estados 6 meses após a promulgação da PEC, caso eles não tenham aprovado uma reforma própria.

PROFESSORES E POLICIAIS

Os professores poderão se aposentar aos 60 anos de idade, com 25 anos de contribuição.

Os policiais federais e os policiais legislativos terão idade mínima de 55 anos para se aposentar.

O tempo de contribuição será de 25 anos para mulheres, com 15 anos de atividade policial, ou 30 anos de contribuição para os homens, com pelo menos 20 anos de atividade policial. O tempo de atividade policial subirá 1 ano a cada 2 anos até chegar a 20 anos para mulheres e 25 para os homens.

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL

O BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência que têm renda familiar per capita de até 25% do salário mínimo, não será desvinculado do salário mínimo, como pretendia o governo.

O texto prevê que a idade mínima, no caso dos idosos, subirá dos atuais 65 anos para 68. A proposta do governo era de 70 anos.

Para as pessoas com deficiência, não há um limite de idade.

PRÓXIMOS PASSOS

A aprovação na comissão especial é apenas o primeiro passo de uma longa jornada de análise de mérito que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) terá pela frente.

Para ser aprovada, uma PEC precisa de ao menos 308 votos dos 513 deputados. A expectativa do Palácio do Planalto, que trabalha com corte de indicações e oferta de cargos, é chegar a 320 votos.

O governo acredita ser possível conseguir o total até a última semana de maio, possibilitando a votação em plenário na primeira semana de junho.

O Palácio do Planalto avalia que, com um texto final definido, fica mais fácil conseguir votos adicionais para a proposta, já que há parlamentares governistas que ainda receavam a possibilidade de recuos nas flexibilizações realizadas.

No plenário da Câmara, quando pautado, o texto tem que ser votado em dois turnos. Se aprovado, tem que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado antes de ir para o plenário. A votação também ocorre em dois turnos e o governo precisa de apoio de 49 dos 81 senadores.

Se não houver alterações, o texto é promulgado pelo Congresso. Caso contrário, volta para a Câmara.

PLANALTO

O placar era o aguardado pelo presidente, que tinha como meta conseguir o apoio de pelo menos 60% da comissão especial em uma tentativa de superar o resultado abaixo do esperado obtido na reforma trabalhista, na semana passada.

O objetivo era passar a mensagem tanto ao mercado como à sociedade de que o peemedebista não perdeu o controle sobre a base aliada para a votação da proposta em plenário.

"O número de votos demonstra o reconhecimento da sociedade quanto à necessidade e à urgência de reformar o sistema previdenciário no país", disse o presidente, que reiterou a necessidade da base aliada "renovar seu empenho" na votação em plenário.

Apesar do placar favorável, o peemedebista ficou insatisfeito com as flexibilizações de última hora feitas pelo relator. O receio é que as mudanças estimulem a base aliada a fazer novas alterações na proposta na discussão em plenário, reduzindo ainda mais a economia prevista com a iniciativa.

Defensores da nova Previdência ficam trancados durante invasão da Câmara

04/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Manifestação de agentes penitenciários em frente à Câmara dos Deputados, antes da invasão

O presidente da comissão da Previdência, Carlos Marun (PMDB-MS), e o relator da reforma, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), ficaram encurralados em uma sala da Câmara dos Deputados enquanto os agentes penitenciários, que invadiram o Congresso na noite desta quarta-feira (3), circulavam pelo prédio à procura deles.

O líder do governo Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e a reportagem da **Folha** ficaram trancados na mesma sala, onde também estavam os assessores especiais do Ministério do Planejamento Arnaldo Lima e da Casa Civil, Bruno Bianco Leal, diretamente envolvidos na elaboração da proposta de reforma da Previdência.

Apesar do clima de fuga, o sentimento deles parecia mais de fracasso do que de medo - especialmente por parte de Marun, que chegou a cogitar voltar à comissão para negociar com os agentes penitenciários. Assessores sugeriram que ele conversasse com a polícia legislativa antes de deixar o local, mas ele terminou permanecendo no local.

Comissão da Previdência é suspensa após invasão de agentes penitenciários

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da comissão especial da reforma da Previdência, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), suspendeu por tempo indeterminado a sessão desta quarta-feira do colegiado, após agentes penitenciários invadirem a sala onde os trabalhos aconteciam. O peemedebista disse que se reunirá com o governo nesta quinta-feira, 4, para decidir uma nova data para continuar a votação dos destaques.

Agentes penitenciários invadiram a sessão da comissão por volta das 22h40. A categoria ficou revoltada com um acordo entre deputados da base aliada e da oposição que deixou para o plenário a votação de destaque que pode garantir aposentadoria especial para eles. Na hora da invasão, a Polícia Legislativa interveio equipada com escudos e capacetes e reagiu com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta.

Por questões de segurança, Marun e o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), foram retirados às pressas da sala por policiais legislativos e levados para um local fora da Câmara.

Durante a invasão, agentes penitenciários gritavam que iriam paralisar o País. Eles pediram que a sessão da comissão em que o parecer do relator foi aprovado por 23 votos a 14 fosse cancelada. "Fomos feitos de moleques. Essa Casa nos empenhou a palavra de que o destaque seria aprovado hoje. Não somos moleques", gritavam os agentes, que também cantaram o Hino Nacional.

O deputado Major Olimpio (SD-SP), que é policial militar, negociou a saída dos manifestantes da sala das comissões. Os agentes disseram inicialmente que só sairiam à força. Alguns jornalistas e servidores da Câmara foram retirados da sala por estarem passando mal por causa do gás. Cerca de 30 minutos após a invasão, os manifestantes começaram a deixar o plenário da comissão. Eles prometem voltar a fazer protestos no Congresso.

Antes de invadirem a sessão, os agentes penitenciários acompanhavam a votação do lado de fora do Anexo II da Câmara dos Deputados. Eles entraram no prédio após arrebentarem a grade que os separava da área interna. Policiais legislativos se preparavam para a contenção quando ocorreu a invasão.

Comissão da reforma da Previdência rejeita destaque que altera idade mínima

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A comissão especial da reforma da Previdência rejeitou, por 23 votos a 14, destaque apresentado pela bancada do Solidariedade que poderia incluir no texto a emenda do deputado Paulinho da Força (SD-SP), que mexe em pontos que integram a "espinha dorsal" da proposta, como a idade mínima.

A emenda previa instituição de idades mínimas de 58 anos para mulheres e 60 anos para homens. Além disso, essas regras só valeriam para novos contribuintes – para quem já está no mercado de trabalho, valeria uma regra de transição com a cobrança de "pedágio" de 30% sobre o tempo de contribuição que falta hoje para a aposentadoria.

A regra de cálculo também partiria de uma base de 60% do salário de contribuição e ganharia 1 ponto porcentual a cada ano de contribuição. A proposta ainda permitiria o acúmulo de pensão e aposentadoria até o limite do teto do INSS, hoje em R\$ 5.531,31.

Paulinho da Força argumentou que muitas das regras propostas pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), transformaram a aposentadoria dos brasileiros em uma "salada de frutas". A oposição defendeu a emenda para "reduzir danos", enquanto governistas disseram que a aprovação do destaque seria um retrocesso.

A idade mínima aprovada na comissão especial, conforme parecer do relator, é de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

O pedágio da transição também é de 30%, mas há exigência de idades mínimas de transição, que são menores, mas crescentes. Além disso, o relator permitiu o acúmulo de aposentadoria e pensão, mas limitou o valor a dois salários mínimos (R\$ 1.874).

Temer comemora aprovação de texto principal da reforma da Previdência

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer comemorou, por meio do porta-voz Alexandre Parola, a aprovação do texto da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados e fez questão de reiterar a importância da base aliada.

“O presidente da República expressa sua satisfação e congratula-se com as deputadas e os deputados da base de apoio do Governo. Sua atuação firme e comprometida com o Brasil foi fundamental para a aprovação na comissão especial da Câmara dos Deputados do parecer preparado pelo relator Arthur Maia”, disse Parola na noite desta quarta-feira, 3.

“Ao agradecer pelo apoio recebido hoje na comissão especial, o presidente Michel Temer reitera seu chamado aos parlamentares dos partidos da base de sustentação do governo no Congresso Nacional para que renovem seu empenho com a agenda de reformas a fim de que seja garantida a aprovação da proposta no plenário da Câmara dos Deputados”, destacou o porta-voz.

Após mais de oito horas de discussão, a comissão especial da Câmara aprovou o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) por 23 votos favoráveis, 14 contrários e nenhuma abstenção. O governo tinha a expectativa de obter entre 22 e 25 votos.

“O número de votos favoráveis recebidos na comissão demonstra o reconhecimento da sociedade brasileira quanto à necessidade e à urgência de reformar o sistema previdenciário no Brasil”, destacou o presidente, por meio do porta-voz.

Na mensagem, lida por Parola no Planalto, o presidente destacou ainda que, aprovado o texto, “teremos uma Previdência que promove a justiça e, sobretudo, protege os menos favorecidos”. “Ao lado de buscar mais equidade, a reforma é também inadiável por uma razão simples: se não reformarmos hoje, pagaremos amanhã o elevado preço de adiar decisões fundamentais”, disse.

Parola destacou ainda que a economia brasileira já retomou a atividade e que o governo precisa “acelerar o crescimento, reduzir ainda mais os juros, criar mais empregos”. “Essa tarefa está sendo encarada com determinação pelo presidente Michel Temer em razão de seu compromisso com o futuro dos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres e vulneráveis do campo e das cidades brasileiras”, afirmou.

Na sessão da comissão que analisou o relatório, pelo menos um episódio irritou o Planalto: a inclusão dos agentes penitenciários na regra especial que permite reduzir a idade mínima da aposentadoria da categoria. A medida não foi articulada com o Palácio do Planalto e, segundo fontes, ao saber da “novidade” colocada por Maia no texto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, teria feito “telefonemas” para pedir o recuo na decisão.

Se País não fizer reformas juros voltarão a subir, diz Marcus Pestana (PSDB-MG)

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O deputado Marcos Pestana (PSDB-MG) afirmou nesta quarta-feira, 3, em discurso na comissão especial da reforma da Previdência, que o parecer do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) sobre a proposta ainda precisa ser “lapidado”. O tucano elogiou o relatório do parlamentar baiano, mas disse que há questões “pontuais” que ainda precisam serem discutidas, entre eles, a questão da aposentadoria por invalidez.

Pestana previu que, se o País não aprovar as reformas, as taxas de juros voltarão a subir. Na avaliação do tucano, cenas como a dos protestos ontem no Rio de Janeiro são "premonitórias" e podem ocorrer em todo o Brasil, caso essas propostas não sejam aprovadas. Ele afirmou que os mais jovens serão os que mais vão ser prejudicados, caso as mudanças nas regras previdenciárias não sejam aprovadas pelo Congresso Nacional.

O parlamentar mineiro chamou de "falácia" a crítica de que a reforma da Previdência atinge principalmente os mais pobres. "Os mais pobres já se aposentam em idade avançada e com até três salários mínimos. As altas aposentadorias e as aposentadorias precoces estão concentradas em porcentual muito baixo da população brasileira", disse.

Proposta arrocha valor das aposentadorias, afirma Pepe Vargas

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O deputado Pepe Vargas (PT-RS), que atuou como ministro em diferentes pastas no governo Dilma Rousseff, acusou o governo de fazer a reforma da Previdência para adequar as despesas ao teto de gastos, liberando recursos para o pagamento de juros ao setor financeiro. Além disso, o petista disse que a proposta do governo vai arrochar os valores das aposentadorias. Segundo ele, o PT vai votar contra a reforma da Previdência, mas enfatizou que o partido apresentou emendas substitutivas globais para "ter alternativas".

"O governo faz terrorismo dizendo que vai explodir despesas, mas não só erra muito como subestima receitas e superestima despesas. O governo não tem credibilidade, não é legítimo, não é oriundo do voto popular. Esta reforma vai fazer com que caia a arrecadação previdenciária", disse Pepe Vargas. Para o parlamentar, a associação da reforma com as mudanças nas leis trabalhistas tem o potencial para "desequilibrar" a Previdência em vez do contrário.

Segundo o deputado, a reforma da Previdência tem como objetivo ajudar a manter o crescimento das despesas do governo limitadas à inflação, enquanto as despesas financeiras "não têm limite, podem crescer 1.000%".

"Essa proposta arrocha valores de aposentadorias, dificulta acesso às aposentadorias, os trabalhadores terão de trabalhar mais tempo para conseguir 100% do valor de sua aposentadoria e outros não conseguirão se aposentar. Os trabalhadores rurais não conseguirão pagar contribuição. Tudo isso para fazer o que mercado financeiro quer, liberar mais recursos para pagar juros da dívida", disse Vargas.

Líder do PCdoB na Câmara diz que reforma de Temer é a da 'exclusão social'

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A líder do PCdoB na Câmara, deputada Alice Portugal (BA), chamou nesta quarta-feira, 3, a reforma da Previdência enviada pelo governo Michel Temer como a reforma da "exclusão social".

Em discurso na comissão especial que debate a proposta, a parlamentar baiana afirmou também que o relator da reforma, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), manchou sua biografia e mentiu à sociedade ao dizer que a reforma não atinge os mais pobres.

O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) também atacou duramente o parecer de Arthur Maia. Em encaminhamento de voto, o deputado da oposição disse que o governo faz chantagem para conseguir a aprovação.

Na sua avaliação, se não fossem as mudanças de integrantes na Comissão, a proposta seria derrotada. Ele disse que o parecer é uma "maquiagem" e recomendou o voto contrário. Para ele, a proposta representa um ataque aos pobres. "Não é verdade que ataca os privilégios", afirmou.

Peguenos ajustes na reforma foram feitos para contemplar 2 mudanças, diz relator

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da proposta de reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), informou que incluiu "pequeníssimas" mudanças de última hora no seu parecer. Entre as mudanças, ele incluiu a aposentadoria especial para policiais legislativos. Ele chegou a comentar que os policiais legislativos, que fazem a segurança do Congresso Nacional, estavam fazendo grande pressão.

Oliveira Maia também inclui entre as aposentadorias especiais os agentes penitenciários. Segundo ele, os agentes penitenciários trabalham sob condição de risco e devem ter a regra especial. O relator contou que depois da invasão de terça-feira no Ministério da Justiça tinha resolvido excluir os agentes penitenciários do grupo de trabalhadores com aposentadorias especiais.

"Fizeram (os agentes penitenciários) arruaça no Palácio da Justiça e informei que os excluiria, mas recebi apelo dos parlamentares. Aqueles que fizeram a invasão não representam o conjunto da classe. Não podemos punir o bom pelos que cometeram o erro", justificou Oliveira Maia.

Parlamentares da Comissão Especial da Câmara, onde o relator leu o seu parecer, questionaram a razão pela qual os guardas policiais não foram incluídos nas regras de aposentadoria especial. Segundo o relator, os guardas policiais (municipais) não têm ação de risco comparável à dos agentes penitenciários.

"Se dermos para guardas municipais, seguranças privados vão pedir", ponderou o relator. Parlamentares da oposição afirmaram que vão apresentar destaque ao parecer para incluir os guardas policiais na aposentadoria especial.

Antes de apresentar os principais pontos alterados no seu parecer, Oliveira Maia fez uma defesa da aprovação da reforma. Segundo ele, sem a reforma, o gasto previdenciário representará muito em breve 100% do Orçamento. Na sua apresentação, ele fez questão de ressaltar que a reforma vai acabar com salários de aposentadorias de "R\$ 25 mil, R\$ 30 mil e R\$ 45 mil" pagos pela Previdência Social. "Não haverá mais regalias e privilégios", afirmou o relator.

Oliveira Maia, que a todo momento teve de pedir silêncio para falar, destacou que o seu relatório fez mudanças importantes para aposentadoria rural em relação à proposta inicial.

Ele informou que os trabalhadores rurais vão se aposentar 60 anos (homens) e 57 (mulheres). Mas haverá uma transição para a idade mínima atingir 57 anos das mulheres. Ele também informou que a contribuição à Previdência do trabalhador rural será de cerca de 1,5% do salário mínimo – semelhante ao valor que hoje é pago aos sindicatos.

Oliveira Maia também destacou que o seu parecer mantém a vinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao valor do salário mínimo. Outro ponto considerado um avanço pelo relator é a possibilidade de acúmulo de pensões e aposentadorias para quem ganha até dois salários mínimos.

“É um avanço extraordinário”, disse. “Asseguramos também o piso das pensões em um salário mínimo”, acrescentou. Ele também citou a decisão de garantir que policiais recebem a integralidade do valor salário na aposentadoria. Para Oliveira Maia, as mudanças nas regras de transição foram profundas.

Oliveira Maia aproveitou para ressaltar que não é verdade a avaliação de que logo que a reforma for aprovada a idade mínima para aposentadoria no Brasil será de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Essa mudança, ponderou, vai demorar 20 anos. “O governo não está fazendo alteração brusca e abrupta de uma hora para outra”, afirmou.

Comissão da reforma política começa a analisar segundo relatório parcial

04/05/2017 – Fonte: Portal Câmara

A Comissão Especial da Reforma Política reúne-se hoje, às 10 horas, no plenário 11, para discutir o segundo relatório parcial sobre o tema, que trata dos prazos de desincompatibilização eleitoral. Nesta terça-feira (2), o colegiado aprovou o primeiro parecer, sobre mecanismos de democracia direta, como plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular.

No dia 18 de abril, a comissão decidiu separar a votação das propostas de mudanças eleitorais em três relatórios parciais. O último parecer a ser analisado trata de alterações no sistema eleitoral e financiamento de campanhas. Em caso de aprovação, os textos vão se transformar em projetos da comissão especial.

Após finalizar a votação dos relatórios, a comissão irá analisar, em separado, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com mudanças mais rígidas no sistema político-eleitoral, como a adoção de listas fechadas de candidatos a vereador e deputado nas eleições de 2018 até 2022; e um sistema misto – distrital e com lista fechada – a partir da eleição de 2026.

O relator, deputado Vicente Candido (PT-SP), acredita que vários pontos da reforma política já poderão ser votados no Plenário da Câmara em julho.

Para valer nas eleições de 2018, as mudanças precisam estar definitivamente aprovadas no Congresso até o início de outubro.

Veja o que foi votado na comissão da reforma da Previdência

04/05/2017 – Fonte: Exame

Regra foi endurecida para parlamentares que já têm mandato; agentes penitenciários foram privilegiados mas serão retirados, segundo relator



Comissão Especial na Câmara sobre a reforma da Previdência 03/05/2017 (Antonio Augusto/Agência Câmara)

A Comissão Especial da reforma da Previdência, que analisa a proposta de reforma, aprovou na noite desta quarta-feira, 03, o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). O novo texto, diferente daquele enviado inicialmente pelo governo, foi aprovado por 23 votos favoráveis e 14 contrários. Não houve abstenções.

A previsão do deputado Beto Mansur (PRB-SP) é que a aprovação seria por 23 ou 24 votos.

A comissão foi formada por 36 membros titulares e o governo precisava de maioria simples dos presentes para aprovação. Já nas votações no plenário da Câmara, a PEC só passa se aprovada por 3/5 do total de deputados (308 votos).

Uma das alterações de última hora foi a inclusão dos policiais legislativos da Câmara e do Senado entre as categorias com direito a aposentadoria especial.

As regras próprias para policiais militares e professores criadas na primeira rodada de revisão da PEC foram criticadas por economistas.

“Não faz o menor sentido, não há nada que justifique a não ser uma pressão corporativa. É descabido e não há argumento técnico, só político, por pressão de bancadas e sindicatos”, diz Paulo Tafner, técnico aposentado do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que estuda Previdência há décadas.

O texto divulgado hoje criava novas exceções para agentes penitenciários após membros da categoria terem invadido ontem o Ministério da Justiça.

O relator havia mostrado resistência, mas havia cedido. Agora, recuou e avisou que a categoria não será mais privilegiada em seu parecer.

Também foi criada uma nova regra de transição para a exigência de tempo de contribuição das policiais mulheres.

Já para os parlamentares que já têm mandato, a regra foi endurecida: depois de incluí-los na transição, o relator elevou de forma imediata a idade mínima para a classe, cobrando desde já 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Veja o texto final com as mudanças de última hora e em seguida, o relatório de 20 de abril com as primeiras (e principais) alterações feitas no projeto original enviado pelo governo: [Texto](#).

Governo avalia que votação da Previdência pode ficar para quinta

04/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Prevendo um embate duro com a oposição, o governo já estima que a votação da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara pode não ser concluída nesta quarta-feira (3).

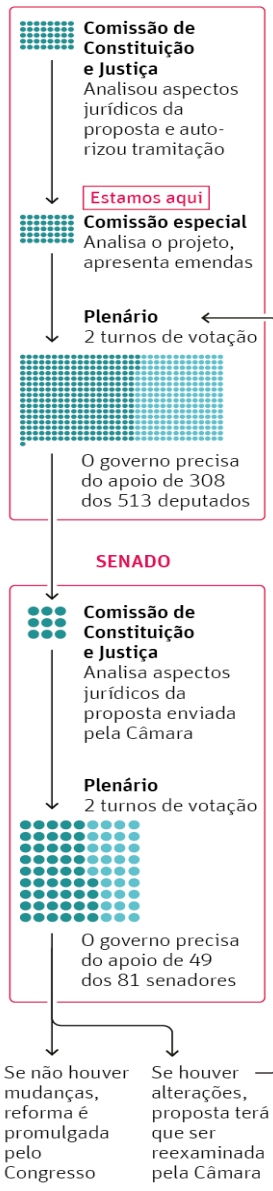
Para articuladores do Palácio do Planalto, os deputados opositores devem usar artifícios regimentais, como recursos e longos discursos, para prolongar os debates – o que poderia adiar a votação do texto para quinta-feira.

A orientação dada pelo governo à base aliada é evitar "atropelos" e permitir as intervenções da oposição, ao menos nas primeiras horas da sessão. O objetivo é evitar que a condução das discussões seja alvo de questionamentos regimentais e políticos.

PREVIDÊNCIA

Trâmite da reforma

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Na avaliação do Planalto, o possível atraso de um dia na votação não prejudicaria o cronograma da reforma na Câmara, uma vez que ainda não existe data prevista para que o texto seja levado ao plenário.

Quando a reforma foi enviada ao Congresso, o governo previa celeridade nas discussões na comissão. O Planalto escalou o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) para a presidência do colegiado por acreditar que ele teria pulso firme para interromper debates excessivamente prolongados e limitar recursos da oposição.

As resistências encontradas na aceitação do projeto, até mesmo dentro da base aliada, fizeram com que o governo fosse obrigado a adotar uma postura mais flexível e aceitar os questionamentos sobre as novas regras propostas para a aposentadoria.

Com o relatório já em discussão na comissão, o Planalto vai trabalhar até o último minuto para conquistar votos favoráveis à reforma no colegiado. O governo quer transmitir ao mercado financeiro e às bancadas aliadas a mensagem de que há compromisso robusto a favor do projeto, com potencial de se repetir no plenário.

A decisão do Planalto de apelar para a substituição de integrantes da comissão contrários à reforma é parte dessa estratégia. Articuladores de Michel Temer querem

chegar o mais perto possível da totalidade de votos "sim" entre integrantes de partidos governistas.

A projeção do governo, por enquanto, parte de 23 votos favoráveis ao relatório, o que representaria 60% dos 37 integrantes da comissão. Esse percentual é o mesmo que será necessário para aprovar o texto no plenário.

PERSPECTIVA

Aprovado no colegiado, o relatório só pode ser alterado por emendas em plenário. Por isso, a ideia do governo é aprovar o texto —aliados estimam ter 23 votos a favor na comissão— e esperar mais alguns dias para ter segurança de levá-lo ao plenário da Câmara. A expectativa do Planalto é ter 320 votos.

O Planalto acredita ser possível conseguir o total até a última semana de maio, possibilitando a votação em plenário na primeira semana de junho.

Além do risco de mudanças no relatório, o governo avaliou que, com um texto final definido, fica mais fácil conseguir votos adicionais para a proposta, já que há parlamentares governistas que ainda receiam a possibilidade de recuos nas flexibilizações realizadas.

O PSDB se reúne nesta quarta-feira para tratar do fechamento de questão a favor da reforma, o que obrigaria seus parlamentares a votarem a favor do texto, sob pena de punições partidárias.

O governo quer que os principais partidos base aliada façam esse movimento para incentivar o apoio das legendas menores ao projeto.

O PMDB, partido do presidente, já decidiu que deve fazer esse movimento, mas vai aguardar a votação do texto na comissão para formalizar o movimento.

Plenário pode votar hoje projeto que inclui assédio moral no trabalho no Código Penal

04/05/2017 – Fonte: Portal da Câmara

A Câmara dos Deputados pode votar nesta quinta-feira o Projeto de Lei 4742/01, que inclui no Código Penal (Decreto-Lei [2.848/40](#)) o crime de assédio moral no trabalho. A proposta, do ex-deputado Marcos de Jesus, define o assédio moral no ambiente de trabalho como a desqualificação por meio de palavras, gestos ou atitudes da auto-estima, da segurança ou da imagem do servidor público ou do empregado em razão de vínculo hierárquico funcional. O projeto prevê ainda pena de detenção de três meses a um ano, além de multa, para quem for condenado pela Justiça.

Acordos internacionais

O Plenário também pode votar nesta manhã cinco projetos que referendam acordos internacionais, entre eles, o PDC [389/16](#), que atualiza a convenção que criou a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (Miga), instituição pertencente ao Banco Mundial que conta com 156 países-membros, incluindo o Brasil.

A instituição trabalha em conjunto com seguradoras privadas para fornecer seguro associado a investimento estrangeiro que cubra o risco político. O seguro para risco político é comum em operações internacionais (como financiamentos e investimentos) que envolvam países com instabilidade política e econômica.

Também estão em pauta:

- o PDC 424/16, que trata de acordo firmado entre o governo brasileiro e os Estados Unidos na área de transporte aéreo;

- o PDC [481/16](#), que aprova acordo entre o Brasil e a ilha caribenha de Granada na área educacional;
- o PDC [484/16](#), que referenda acordo de cooperação educacional assinado entre os governos do Brasil e do Camboja; e
- o PDC [553/16](#), que ratifica acordo entre Brasil e Suécia na área de defesa.

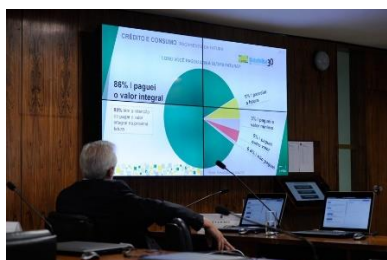
A sessão do Plenário está marcada para as 9 horas.

Íntegra da proposta:

- [PL-4742/2001](#)
- [PDC-389/2016](#)
- [PDC-424/2016](#)
- [PDC-481/2016](#)
- [PDC-484/2016](#)
- [PDC-553/2016](#)

Senadores questionam taxas de juros de crédito rotativo em audiência

04/05/2017 – Fonte: Notícias do Senado



Em audiência pública nesta quarta-feira (3), os senadores questionaram as taxas de juros cobradas pelas empresas de cartão de crédito, especialmente no uso do crédito rotativo. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Defesa do Consumidor (CTFC), afirmou que quer conversar com as administradoras de cartões de crédito para tentar diminuir as taxas.

O crédito rotativo do cartão de crédito é aquele que a pessoa usa quando não quer ou não pode pagar o valor total da sua fatura na data de vencimento. O consumidor faz então o pagamento de qualquer valor entre o mínimo e o total. O restante é automaticamente financiado e lançado no mês seguinte, com juros.

— O objetivo desta audiência é discutir o porquê e como se cobram 494% de juros dos cartões de crédito, o famoso rotativo. Isso se aproxima de uma taxa mensal muito próxima de 50% ao mês para uma taxa Selic que hoje está em 11,25%. Como se cobra quase 50% de juros ao mês? Essa é a pergunta que o consumidor brasileiro tem-nos feito no dia-a-dia aqui no Senado Federal — questionou Ataídes.

O senador comparou ainda a taxa utilizada no Brasil com a de outros países. Segundo Ataídes, enquanto no Brasil a taxa está em 494% ao ano, no Peru, está em 43,7% ao ano; na Argentina, em 43,29%; na Colômbia, em 30,45%; na Venezuela, em 29% e no Chile, em 24,5%.

Risco

De acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo de Barros Vieira, todos os emissores de cartão incentivam o pagamento integral da fatura, nunca o mínimo ou o rotativo. Ele disse ainda que, diferentemente de outros países, no Brasil, os bancos assumem 100% do risco de inadimplência no pagamento do cartão. Nos Estados Unidos, por exemplo, Ricardo disse que 30% do risco ficam por conta dos comerciantes.

Segundo a Abecs, em 2016, o dinheiro que os brasileiros gastaram utilizando cartões de crédito e débito somou quase R\$ 1,2 trilhão, sendo cerca de R\$ 500 bilhões no débito e cerca de R\$ 700 bilhões no crédito. Do dinheiro gasto com crédito, 85% das faturas foram liquidadas no vencimento e apenas 15% fizeram uso do rotativo ou do pagamento mínimo.

Os senadores Ataídes, Jorge Viana (PT-AC), Dário Berger (PMDB-SC) e José Medeiros (PSD-MT) não se convenceram com os argumentos dados pelo diretor da Abecs. Ataídes pediu, então, que seja feita uma reunião com as empresas para discutir a redução da taxa de juros do crédito rotativo.

— Posso garantir pela 'indústria', que ela está sempre aberta a discutir. A primeira redução, que foi aquela anunciada pelo excelentíssimo presidente da República, se não me engano, ou pelo ministro da Fazenda de uma expectativa de redução da taxa do rotativo em mais de 50%, ela vai se concretizar no mês de abril. A partir desse patamar, a gente pode sentar e discutir — afirmou Ricardo.

Consumidor

A advogada da Proteste Associação de Consumidores, Sonia Amaro, afirmou que, em 2015, levou uma proposta ao Banco Central de limitar os juros até o dobro do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O CDI é um empréstimo de curtíssimo prazo feito entre as instituições financeiras para sanarem seu caixa. No entanto, a proposta não foi aceita.

— A proteção do consumidor é um direito fundamental. Então vale dizer que todos aqueles direitos e princípios no Código de Defesa do Consumidor são direitos fundamentais. Nós precisamos fazer valer esses princípios. Precisamos assegurar ao consumidor que realmente o seu direito seja respeitado. Os juros praticados hoje ferem os direitos ao consumidor — afirmou.

Segundo o representante do Ministério da Justiça, Kleber José Lopes, o grande problema é a falta de informação. Ele divulgou o curso gratuito de Educação Financeira, gratuito e pela internet, promovido pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor, do dia 2 a 18 de maio.

— O consumidor não tem a informação seja do valor dos juros, seja de como utilizar esse crédito — afirmou.

Informação

O senador Jorge Viana relatou a dificuldade em encontrar a taxa de juros cobrada pelos bancos ao acessar os sites das instituições. Ele alertou para as diferentes taxas que são cobradas pelas várias empresas administradoras de cartão de crédito e disse que é preciso levar a discussão para o Plenário.

— Eu estava vendo aqui que tem uma bandeira da Saraiva Livraria, Petrobras, Oi, Chevrolet Card, e outros que chegam a 649% de juros ao ano e ninguém sabe. Isso é escondido da população. E não acontece nada. Ministro da Fazenda não faz nada. Banco Central não faz nada. A Comissão de Fiscalização está trazendo o assunto e vamos levar para o Plenário — afirmou o senador.

Unificação da administração tributária federal no Brasil completa dez anos

04/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Hoje comemoram-se os dez anos da unificação das Administrações Tributárias federais no nosso País, quando foi criada a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, que incorporou as atribuições das extintas Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária.

A nova estrutura teve como premissa o modelo funcional, em que um único órgão tem a competência para realizar as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento de todos os tributos, congregando os tributos internos, os do comércio exterior (área aduaneira) e as contribuições previdenciárias, haja vista que no Brasil estava pacificado, há alguns anos, que essas contribuições possuem natureza tributária.

BENEFÍCIOS PARA O CONTRIBUINTE

A unificação trouxe melhorias para os cidadãos e empresas. O atendimento foi totalmente unificado, num mesmo espaço físico, um só sítio na Internet, sistemas com interfaces semelhantes, padrão de atendimento único e servidores atendendo integralmente ao contribuinte.

Foi criada a Certidão Negativa Conjunta relativa aos créditos tributários federais e as contribuições previdenciárias. A unificação do documento ocorreu em 3/11/2014. As tabelas abaixo mostram que houve redução nas liberações manuais de certidão.

ANO DE 2014	Set	Out	Nov	Dez
Liberações manuais de certidões (SRF/PGFN) registradas	8.137	6.438	15.508	23.380
Liberações manuais de certidões previdenciária registradas	22.600	21.408	549	0
TOTAL	30.737	27.846	16.057	23.380

No ano seguinte, 2015, a redução na emissão manual de certidão se manteve, comparando-se com o nível de setembro e outubro de 2014.

ANO DE 2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Liberações manuais de certidão conjuntas registradas	20.487	18.106	21.747	17.654	15.901	19.228	15.976	12.370	12.591	11.067	10.936	10.296

Ocorreu a automatização da inscrição na Dívida Ativa da União de débitos declarados pelo envio automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional após 100 dias de cobrança administrativa, o que propicia celeridade e agilidade na execução fiscal dos débitos previdenciários.

A partir de 1º de janeiro de 2009, os contribuintes passaram a transmitir os pedidos de restituição e reembolso de contribuições previdenciárias por meio da utilização do programa PER/DCOMP – Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação, seguindo a mesma sistemática já utilizada para os demais tributos administrados pela RFB. Até, então, os pedidos de restituição e reembolso previdenciários estavam controlados em processos administrativos em papel.

No período de janeiro de 2009 a março de 2017, foram transmitidos mais de 1,6 milhão de pedidos de restituição e reembolso, sendo mais de 900 mil documentos de interesse de contribuintes pessoa física.

FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA MAIS EFICIENTES

O novo órgão teve como foco a diminuição da concorrência desleal, em virtude do aumento da presença fiscal e da eficiência no combate à sonegação, e a redução dos custos necessários para o cumprimento das obrigações tributárias, em decorrência da unificação de legislação e procedimentos.

Outro objetivo foi buscar maior eficiência decorrente da ampliação de bases de dados e da desburocratização da troca de informações entre diferentes órgãos da administração federal, já que a ampliação da massa de dados a serem cruzados permitiu uma visão mais ampla dos contribuintes e uma seleção mais apurada daqueles que são objeto de fiscalizações.

O aumento da presença e do alcance fiscal gerou no contribuinte uma percepção de risco que levou a um estímulo para o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. Dessa forma, recorda-se que nos primeiros anos de implantação da RFB houve crescimentos reais de arrecadação, acima da inflação, principalmente no que se refere às contribuições previdenciárias.

Destaca-se, também, a maior eficiência no controle do crédito tributário, devido à visão integrada do contribuinte e de suas informações cadastrais e econômico-financeiras.

Com o propósito de reduzir o tempo de encerramento, ciência, montagem e formalização dos processos de constituição do crédito tributário, foi aperfeiçoado o e-Safira, permitindo um sistema único de lançamento de ofício, evolução possível graças à simplificação e a padronização dos procedimentos de auditoria e fiscalização da RFB, proporcionando uma maior abrangência do procedimento fiscal e um melhor aproveitamento do trabalho do Auditor.

Também ocorreu um incremento na sinergia de conhecimento institucional. Com a utilização do sistema SUPORTE WEB, foi possível a criação de um banco de soluções, mediante o qual a Fiscalização pode disponibilizar conhecimento para todos os auditores no país com a mesma qualidade. A uniformização de procedimentos é outro ganho, pois as regiões fiscais podem seguir uma única orientação para casos concretos.

A unificação tornou possível também a cobrança de forma integrada os débitos perante a Fazenda Nacional. Destaca-se a aplicação da Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015, que aprovou os procedimentos para a Cobrança Administrativa Especial no âmbito da RFB, com vistas a aprimorar os procedimentos de recuperação de créditos tributários e, conseqüentemente, promover o aumento e a sustentação da arrecadação dos tributos federais

No contencioso administrativo fiscal, a fusão possibilitou a unificação dos ritos de julgamento dos processos administrativos fiscais, merecendo destaque a extensão do julgamento colegiado de primeira instância administrativa, já existente para os tributos administrados pela antiga SRF, aos processos de exigência de contribuições previdenciárias.

Houve o incremento de 55 novas turmas de julgamento na estrutura das Delegacias de Julgamento já existentes, nas quais foram alocados mais de 300 julgadores provenientes da SRP, o que possibilitou, à época, uma maior celeridade no julgamento dos processos.

RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS

Quanto à própria administração tributária, convém lembrar que houve significativa redução de custos, em decorrência da simplificação de processos, da uniformidade e da harmonização de legislação e da padronização de procedimentos e, ainda, pela racionalização de estruturas administrativas, pois obteve-se uma redução em aproximadamente 60% no quantitativo das unidades descentralizadas das duas administrações tributárias.

Após dez anos de funcionamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil, verificou-se que foram cumpridos os objetivos com foco nos cidadãos de um modo geral, e não somente os contribuintes.

Por fim, pode-se afirmar que a apresentação dos benefícios apresentados possibilita concluir que a implementação da Receita Federal do Brasil foi conduzida de forma planejada, séria e responsável, tendo como foco o atendimento dos interesses e necessidades dos contribuintes e da sociedade brasileira, permitindo a essa ter uma visão mais abrangente do desempenho do órgão arrecadador.

Comissão mista aprova MP da regularização tributária

04/05/2017 – Fonte: Notícias do Senado



- [MPV 766/2017](#)

A medida provisória que cria o Programa de Regularização Tributária para empresas em débito com a União foi aprovada nesta quarta-feira (3) pela comissão mista de deputados e senadores encarregada de analisá-la. A [MP 766/2017](#) agora segue para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. O relator, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), acatou diversas emendas da comissão.

Pelo texto aprovado, dívidas tributárias de empresas com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que tenham vencido até 31 de março de 2017 poderão ser refinanciadas nos termos do programa estabelecido. Empresas em recuperação judicial também poderão aderir.

Em troca do recebimento em espécie de 20% do montante devido, a União aceitará a liquidação do valor remanescente com créditos decorrentes de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Serão admitidos também créditos de empresas controladoras ou controladas, direta ou indiretamente.

Os 80% restantes poderão ser pagos em até 240 parcelas. Sobre as prestações incidirá um "bônus de adimplência": a partir de seis meses de regularidade, será concedido desconto de 10% nos juros sobre cada parcela mensal. Também poderão ser parcelados os valores de juros, multas e encargos que estejam pendentes.

A participação no Programa de Regularização Tributária será cancelada caso a empresa não cumpra com o pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas. Também será excluída a empresa que praticar atos de esvaziamento patrimonial, como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento.

A MP estabelece um prazo de 30 dias para que a Receita e a PGFN regulamentem o programa. Após a regulamentação, o pedido de adesão poderá ser feito por meio de requerimento no prazo máximo de 120 dias.

Polêmica

A aprovação da medida foi elogiada pelos membros da comissão, que a consideraram "oportuna" para ajudar na recuperação de empresas que se endividaram durante a

crise econômica do país. Segundo o presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), o projeto ajudará na retomada nacional do emprego e da renda.

A sessão foi marcada por uma polêmica em torno da divulgação do relatório de Newton Cardoso Júnior. O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) afirmou que, até o início dos trabalhos, o documento não estava disponível no sistema eletrônico do Congresso Nacional. O deputado Marcos Rogério (DEM-RO) salientou que o relatório não foi lido para os membros da comissão antes da votação, o que contraria as normas internas do Congresso.

O presidente da comissão mista informou que houve um acordo para que se dispensasse a leitura da íntegra do relatório, de modo que o relator apenas proferiu o seu voto.

Pauderney argumentou que a decisão da comissão mista sobre a MP 766 está *sub judice* e poderá ser alvo de questionamentos. Otto Alencar, no entanto, anunciou que a matéria já está vencida. O deputado disse que a condução da votação não respeitou a "moralidade", e o senador criticou o colega por se dirigir à presidência "de forma agressiva".

'Inferno tributário' será eliminado nesta legislatura, diz Aloysio Nunes

04/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse, em um encontro com o primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy, que o governo não pode garantir a redução drástica da carga tributária do País. Mas, ao tratar da simplificação das regras de pagamento de impostos – que o Planalto pretende atacar após as reformas trabalhista e da Previdência -, o chanceler assegurou que "o inferno tributário brasileiro será eliminado nesta legislatura", arrancando aplausos da plateia formada por empresários e autoridades de ambos os países.

O ministro abordou as reformas adotadas pelo governo Michel Temer e as classificou como uma sinalização de que o Brasil está empenhado em fortalecer as bases para garantir maior prosperidade econômica.

Ao lado de Rajoy, Nunes traçou um paralelo entre as dificuldades enfrentadas pela Espanha na esteira da crise financeira de 2008 e os atuais problemas da economia brasileira, enfatizando a importância das reformas adotadas pelo governo espanhol para contornar as dificuldades.

"Ambos os governos estão alinhados com os princípios fundamentais da política econômica", afirmou o ministro. "Estamos em busca da responsabilidade fiscal e social", completou. Nunes ainda citou a reforma do ensino médio como um esforço do governo para fomentar o crescimento.

"Nós fizemos aqui no Brasil uma reforma do ensino médio como nunca havia sido feita; que enfatiza uma concentração das disciplinas que mais preparam o jovem para a vida social e para o emprego."

Após as palavras de Nunes, Rajoy lembrou da experiência espanhola com as reformas implementadas por seu governo, que, segundo ele, permitiram um "giro de 180 graus" na economia do país europeu. "Hoje, a Espanha tem um modelo de crescimento mais equilibrado e sustentável", afirmou o chefe do governo espanhol, acrescentando que o país, após a alta de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, deve crescer pelo menos 2,7% em 2017 – com geração de emprego em ritmo de meio milhão de postos de trabalho por ano desde 2014.

“Isso era impensável há quatro anos”, disse. Ao manifestar apoio à agenda de reformas em curso no Brasil, Rajoy destacou que a Espanha colhe os frutos de esforços feitos nos últimos anos para reduzir em mais da metade seu déficit fiscal, reduzir riscos do sistema financeiro e atualizar a legislação trabalhista, em paralelo a uma reforma feita no setor energético com objetivo de reduzir o custo da energia.

“As reformas são necessárias sempre, para que a economia seja competitiva e possa gerar bem-estar e empregos”, salientou o primeiro-ministro. “Sempre há gente contra nesses casos, mas quando se tem certeza do que deve ser feito, tem que fazer”, concluiu.

Modelo de fiscalização será debatido em audiência

O modelo de fiscalização das movimentações financeiras no Brasil será debatido em audiência pública da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O autor do requerimento, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), busca entender o motivo de grandes montantes de recursos circularem a revelia dos órgãos fiscalizadores, como foi relevado pelas investigações da Operação Lava Jato.

Na opinião do senador, os bilhões em recursos utilizados para pagamento de propina não ficaram “embaixo de colchões” e passaram, em algum momento, pelos bancos. “Precisamos saber se alguém tinha informação desse dinheiro circulando nas instituições financeiras e se desconfiaram da ilegalidade dele”, disse Ataídes.

Ex-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o senador Ataídes Oliveira pretende dar continuidade ao debate sobre a atuação da instituição e dos demais órgãos de fiscalização financeira no País.

O senador lembrou que a atuação do Carf já está sendo investigada pela Polícia Federal, com a Operação Zelotes, e criticou a atuação dos 240 conselheiros, que muitas vezes atuam com conflitos de interesses para julgar os recursos de litígios tributários.

De acordo com o senador, débitos de R\$ 4,5 bilhões chegaram a ser perdoados com o pagamento de R\$ 26 milhões, e isso precisa ser corretamente investigado, ainda mais em um período em que o país precisa de caixa. Outros requerimentos aprovados de audiências públicas referem-se à situação dos entes federados União, estados, municípios que administram regimes próprios de previdência social; e à situação administrativa e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Custo bancário e inadimplência encarecem crédito, diz presidente da Febraban

04/05/2017 – Fonte: Notícias do Senado



O custo bancário é quatro vezes maior no Brasil do que na maioria dos países de economia relevante, e a inadimplência ainda compromete a expansão do crédito a pessoas físicas e jurídicas, disse nesta quarta-feira (3) o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, em audiência pública na Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) sobre *spreads* bancários – taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro.

- Vinte e três por cento é lucro dos bancos, 77% são custos da inadimplência, administrativos, tributários e regulatórios – afirmou Murilo Portugal.

A inadimplência, de acordo com a Febraban, ainda é o principal fator de encarecimento na concessão de empréstimos bancários, seguida dos custos administrativos, operacionais, tributários, impostos, compulsórios e encargos fiscais que compõem o *spread* - de 4,4% do total de ativos de crédito, no Brasil, contra 1,1% em outros países.

- Os custos da inadimplência são elevados porque o Judiciário demora bastante a decidir, e existe certo viés na legislação e na jurisprudência em favor do devedor inadimplente, mesmo para créditos com garantia. Apenas 16% dos créditos garantidos são recuperados no Brasil. A média de outros países na recuperação de crédito de insolvência é de 69%. Além disso, o tempo médio no Brasil são quatro anos na recuperação de crédito, nos outros países é de um ano e oito meses – afirmou.

Outro fator importante que eleva o custo da inadimplência é o “descasamento” que existe entre as regras do Banco Central e as regras da legislação tributária no Brasil, um dos poucos países do mundo com tributação indireta sobre a intermediação financeira, o que pode gerar um custo adicional de 8% nos empréstimos a pessoas físicas, disse o presidente da Febraban.

Murilo Portugal afirmou ainda que os lucros bancários no Brasil “não são assim tão sensacionais”, quando comparados com a taxa de lucros das mil empresas mais rentáveis do país em 2015. Na lista, os bancos aparecem em sexto lugar, com 14,5% de retorno sobre patrimônio líquido, já incluídos os ganhos no ramo de previdência e seguros.

- Desde 2005 até 2015, os bancos flutuaram entre o quinto e o 15º lugar em termos de rentabilidade. Os dados colocam um pouco de dúvida de que a principal causa do *spread* elevado no Brasil é a concentração bancária e a falta de competitividade. É verdade que a concentração é alta na indústria bancária no mundo todo, mas não é mais concentrada no Brasil, onde ela é média, abaixo do Canadá, Japão, Reino Unido, França e Espanha – afirmou.

Murilo Portugal ressaltou que tanto a Febraban como os bancos associados compartilham com o objetivo de reduzir os *spreads* bancários, e observou que há consenso de que tanto as taxas de juros como os *spreads* são elevados no Brasil.

- Mas temos que ter um diagnóstico: Por que são elevados aqui? Por que os bancos estatais praticam o mesmo *spread* dos bancos privados? Por que os bancos estrangeiros praticam aqui *spread* mais elevados do que em outros países? Por que os bancos estrangeiros resolveram deixar o varejo e não conseguiram praticar aqui o custo mais baixo do que em outros países? A resposta para todas essas perguntas é que os custos da intermediação financeira no Brasil são mais elevados que a média praticada em países mais relevantes – afirmou.

Para redução do *spread* e dos custos administrativos, o presidente da Febraban sugeriu a adoção de contratos por meios eletrônicos remotos, a melhora no marco legal do empréstimo consignado privado, o aperfeiçoamento da Lei de Falências e a inclusão de duplicatas em registro eletrônico de ativos, entre outras medidas.

- Os bancos brasileiros são sólidos, bem provisionados e estão preparados para ampliar o financiamento à economia, na medida em que a demanda por crédito

aumento, sempre com base em análise prudente de risco, que tem servido aos bancos e ao país – afirmou.

Expansão do crédito

Chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Tulio Maciel apontou a expansão do mercado de crédito nos últimos anos, que representava 25% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2001, e alcançou 50%, em 2016. No crédito imobiliário, o salto foi de 3% para 10%, no mesmo período.

- Com a expansão do crédito estamos ampliando o perfil de tomadores de empréstimo, significa lidar com perfis diferenciados e com riscos variáveis. O risco está implícito em todos os contratos de certa maneira. Custos mais baixos implicam taxas mais elevadas nas outras modalidades, há um subsídio implícito nessas operações, que fica por conta dos bons pagadores – afirmou.

Maciel destacou avanços na redução da taxa de juros real – de 25% ao ano, no final dos anos 90, e hoje em torno de 4,5%. A redução, afirmou, contribuiu também para a expansão da oferta de crédito.

- A tendência clara é de recuo, e ações contribuíram para isso, como a Lei de Falências, a alienação fiduciária, o registro de gravames, o cadastro positivo, a portabilidade e outras medidas no campo da educação financeira, isso tudo serviu para reduzir a taxa de juros em termos reais – afirmou.

Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Pinheiro Castelo Branco lembrou que o Brasil tem a maior taxa de juros do mundo, que alcança 32%, em um conjunto heterogêneo de operações no sistema financeiro.

- O *spread* bancário corresponde a 24% contra 6,2% da média mundial. Alguma coisa é diferente no Brasil. Setenta e quatro por cento do empréstimo é do *spread*. Nosso ponto é muito fora da curva. O custo tributário está presente até indiretamente, quando trabalhamos com custo associado das operações financeiras. O custo administrativo é menos de dez por cento. O grosso está na inadimplência. O custo final fica com os devedores, ele é socializado – afirmou.

Desenvolvimento

Professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmecc), Christiano Arrigoni Coelho ressaltou que o maior acesso ao crédito é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento econômico de qualquer país;

- O *spread* bancário, se é alto hoje, era absurdo na época do Plano Real. Passou de mais de cem por cento ao ano para 60% no final dos anos 90. A partir do ano 2000, houve redução continuada e a estabilidade macroeconômica. O *spread* não fica imune ao ciclo econômico recessivo de hoje, em 42% ao ano para operações de custo livre – afirmou.

Representante da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Everton Correia defendeu a criação de uma linha de crédito que facilite a competitividade das microempresas, além de inovações na atividade bancária que favoreçam o acesso ao crédito.

Na avaliação do senador Armando Monteiro (PTB-PE), o Brasil não vai construir uma economia dinâmica se não mudar o padrão de financiamento da economia.

- O tema financiamento é algo fundamental para moldar a economia do futuro e garantir dinamismo na economia brasileira. Os *spreads* constituem algo muito desafiador. Os avanços institucionais não se traduziram em mudança significativa do padrão atual, há rigidez muito grande, com flutuações. No fundo, diminuiu-se a oferta

de crédito pelo nível de recolhimento de compulsório, muito acima do normal – afirmou.

O senador José Serra (PSDB-SP), por sua vez, destacou que o *spread* no Brasil é cinco vezes maior que no Chile, seis vezes maior que na Argentina e sete vezes maior que na Austrália.

- A concentração é impressionante. Cinco bancos detêm 91% do mercado. Nos Estados Unidos, 48%. Não é possível que isso não tenha implicação sobre os custos. Tem que ter. Essa concentração nos leva a pensar no que fazer para estimular a entrada de capital financeiro de investimento externo na área bancária – afirmou.

IPC-Fipe sobe 0,61% em abril e acumula inflação de 0,99% no 1º quadrimestre

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,61% em abril, ganhando força em relação ao aumento de 0,14% observado em março e também ante o acréscimo de 0,56% visto na terceira quadrissemana do mês passado, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O IPC-Fipe de abril ficou dentro das expectativas de 12 instituições consultadas pelo **Projeções Broadcast**, que previam alta de 0,52% a 0,68%, mas ligeiramente abaixo da mediana, de +0,62%.

No primeiro quadrimestre do ano, o índice acumulou inflação de 0,99%. No período de 12 meses encerrado em abril, a alta do IPC-Fipe foi de 3,71%.

Em abril, os custos de Alimentação registraram ganho de 1,12%, bem superior ao avanço de 0,34% observado no mês anterior.

Os custos de outros quatro dos sete componentes do IPC-Fipe também subiram de forma mais acentuada em abril do que em março. Foi o caso de Habitação (de +0,19% em março para +0,44% em abril), de Despesas Pessoais (de +0,17% para +0,48%), de Saúde (de +0,72% para +1,66%) e de Educação (de +0,06% para +0,18%).

Além disso, os custos de Transportes cresceram 0,16% em abril, revertendo queda de 0,49% de março. Já os preços de vestuário tiveram leve baixa de 0,02% em abril, menor do que o declínio de 0,04% verificado em março.

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe em abril:

Habitação: 0,44%

Alimentação: 1,12%

Transportes: 0,16%

Despesas Pessoais: 0,48%

Saúde: 1,66%

Vestuário: -0,02%

Educação: 0,18%

Índice Geral: 0,61%

Participação do mercado de capitais nos projetos de longo prazo sobe 17% em 2016

04/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A participação de instrumentos do mercado de capitais entre as fontes de financiamento de projetos de longo prazo alcançou 17% em 2016, avanço em relação a 2015 quando esta participação era de 3,8%, informou nesta quarta-feira, 3, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

As debêntures de infraestrutura, enquadradas na lei 12.431/11 (debêntures incentivadas) somaram R\$ 1,9 bilhão no ano passado, com aumento de 74,4% em relação ao período anterior.

No boletim anual de Financiamento de Projetos produzido pela associação, o diretor José Eduardo Laloni destaca que o aumento no uso dos instrumentos de mercado capitais para financiamento de projetos reflete, entre outros aspectos, a diminuição do volume de desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele lembra que os desembolsos pelo banco de fomento foram, no ano passado, 53% menores na comparação com 2015.

O volume de financiamento de projetos estruturados (na modalidade Project Finance) no ano passado foi de R\$ 11,3 bilhões, com queda de 36,2% na comparação com 2015. “O resultado mostra o impacto que a retração da atividade econômica do País teve sobre as decisões de investimento”, completa Laloni.

Somando os financiamentos e as parcelas de capital próprio, os projetos movimentaram R\$ 19,1 bilhões e envolveram 27 operações no ano passado, com recuo de 29,8% em volume de recursos e de 27% no número de projetos na comparação ao ano anterior. As 21 concessões realizadas em 2016 movimentaram R\$ 8,9 bilhões, contra 141 concessões em 2015, que totalizaram R\$ 38,7 bilhões.

“Para 2017, o volume de concessões tem sido impulsionado pela retomada dos leilões em transporte e logística que vimos nos primeiros meses do ano”, afirma Rui Gomes, coordenador do subcomitê de Financiamento de Projetos da Anbima.

Segundo Rui Gomes, as projeções de queda das taxas de juros melhoram as perspectivas de uso de instrumentos de mercado de capitais para 2017, especialmente as debêntures incentivadas. Nos primeiros meses deste ano já foram informadas à ANBIMA operações de R\$ 1,5 bilhão com debêntures que serão emitidas nos próximos anos como complemento do financiamento do BNDES.

Em perfil similar ao observado nos últimos períodos, os projetos realizados em 2016 concentraram-se, em termos de volume, nos setores de energia (55,2%) e de transporte e logística (42,4%), com uma pequena participação de projetos de saneamento (2,4%). No setor de energia, o segmento de eólica foi o responsável pela maior parte dos recursos (41,9%) e do número de operações (50%).

Setor de serviços no Brasil cresce em abril pela 1ª vez desde início de 2015, mostra PMI

04/05/2017 – Fonte: Reuters Brasil

A atividade do setor de serviços do Brasil cresceu em abril pela primeira vez em pouco mais de dois anos em meio ao constante aumento no volume de novos trabalhos, de acordo com o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta quinta-feira.

O indicador já vinha mostrando perda de força da contração e em abril chegou a 50,3, ante 47,7 em março, primeira vez acima do nível de 50 que separa crescimento de contração desde fevereiro de 2015.

O IHS Markit, que compila a pesquisa, destacou que houve em abril níveis mais altos de produção nos subsetores de Intermediação Financeira, de Hotéis e Restaurantes e de Correios e Telecomunicações.

Esse foi o terceiro mês seguido em que houve aumento no nível de trabalhos recebidos pelos prestadores de serviços do Brasil, chegando ao ponto mais forte desde fevereiro de 2015. A alta no volume de novos pedidos aconteceu em cinco dos seis subsetores monitorados, sendo Hotéis e Restaurantes a exceção.

Apesar do cenário apontando melhora, houve novos cortes de empregos devido às tentativas de controle de custo. Porém o ritmo de cortes em abril foi o mais fraco desde agosto de 2015, e só foi notada aceleração dos cortes de vagas em Hotéis e Restaurantes.

Em relação aos custos, os fornecedores de serviços do país pagaram preços mais altos por combustíveis, energia e matérias-primas, e com isso as empresas elevaram seus preços de venda, encerrando sequência de 12 meses de descontos.

Os preços dos produtos aumentaram em três das seis áreas monitoradas --Transporte e Armazenamento, Correios e Telecomunicações e outros Serviços.

Por outro lado, alguns entrevistados mencionaram que a recuperação lenta, o encerramento de algumas operações, as perturbações políticas e as eleições de 2018 representam uma ameaça para as perspectivas de negócios.

O PMI da indústria apontou também o primeiro crescimento em pouco mais de dois anos, o que levou PMI Composto do Brasil a subir a 50,4, sobre 48,7 em março, primeira vez em território de expansão em 26 meses.

"É encorajador ver a economia do Brasil em alta após uma contração prolongada. Além disso, a notícia positiva de expansão da produção foi equilibrada nos setores de serviços e indústria", apontou a economista do IHS Markit Pollyanna De Lima.

Setor de máquinas agrícolas se prepara para 'arrancar' em 2017

04/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A aposta é na safra recorde de grãos, que, conforme o Indicador Brasil da Expedição Safra, deve ultrapassar 217 milhões de toneladas, além da necessidade de renovação da frota.

O setor de máquinas agrícolas projeta um crescimento de 15% para 2017, na comparação com o ano anterior, quando a fabricação de tratores foi de 43.442 unidades e a produção total de colheitadeiras chegou a 5.759 máquinas. A aposta é na safra recorde de grãos, que, conforme o Indicador Brasil da Expedição Safra, deve ultrapassar 217 milhões de toneladas, além da necessidade de renovação da frota.

No Agrishow 2017, que reúne em Ribeirão Preto (SP) as principais empresas do segmento, o tom geral é de otimismo. Após uma largada para se esquecer em 2016, a situação começou a mudar ao apagar das luzes daquele ano. Tanto que, na comparação do primeiro trimestre de 2017 com o mesmo período do ano anterior, o crescimento no segmento de tratores foi de 50% (total de 7.919 máquinas) e o aumento na produção de colheitadeiras chegou a 30%, com 1.248 unidades fabricadas. Os dados são da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Estratégia passa por lançamento e até segmentação de mercado

Em um mercado acirrado, com gigantes disputando fatias do crescimento geral, a aposta das montadoras tem sido os lançamentos. São dezenas de novos produtos nos estandes.

“Nós buscamos, sobretudo, tecnologia na colheita, com uma nova linha de equipamentos, em um ano de recorde de safra. A capacidade é maior, assim como a eficiência”, garante o gerente de marketing da New Holland para a América Latina, Eduardo Kerbauy. “E estamos também investindo em novas linhas de plantadeiras, para aumentar a eficiência, pois a janela do plantio está menor”, complementa.

Entretanto, no caso da PLA, que tem origem na Argentina, mas hoje é administrada por um fundo internacional, a estratégia maior é a segmentação. Especializada em pulverizadores, é neste equipamento que a companhia coloca suas fichas. “Na Argentina até temos plantadeiras, mas no Brasil o foco é o pulverizador. Nós mostramos que temos a linha mais completa, queremos ser conhecidos como especialistas nisso”, reforça o diretor de marketing da marca, Maximiliano Cassalha.

“Estamos num momento bastante favorável, a safra foi recorde em todos os lugares, do sul ao nordeste”, salienta o gerente da John Deere para a região Sul do país, Tangleder Lambrecht. “E o Agrishow é um termômetro para o segundo semestre, e tudo indica que vai ser bom”, complementa.

Preço das commodities

Apesar da recuperação, a queda das commodities não deixa de preocupar. Com preços considerados pouco vantajosos, produtores têm segurado mercadoria nos armazéns. A expectativa, no entanto, é de que a necessidade no campo supere a desconfiança no mercado.

“A renovação é inevitável, o produtor precisa de uma frota mais moderna, mais eficiente”, afirma o diretor de vendas da Massey Ferguson, Rodrigo Junqueira. “Hoje, nós temos um produtor mais capitalizado, com safras armazenadas, o que é um fenômeno recente. Claro, isso não reflete algumas regiões, mas na média a realidade é essa.”

“A rentabilidade do produtor é boa. Já foi melhor, é verdade. Mas continua boa. E a demanda internacional está forte”, complementa o diretor comercial da Valtra, Paulo Beraldi.

Cenário à brasileira

Para o presidente mundial da New Holland, Carlo Holambro, a recuperação do setor de máquinas na América do Sul – e principalmente no Brasil – deve, inclusive, ajudar a sustentar o mercado mundial.

“Nos anos anteriores, os negócios em máquinas para a América Latina haviam sido muito baixos, enquanto a Europa, os Estados Unidos, China e Índia seguiam bem. Agora há uma inversão, prevemos um crescimento de 15% a 20% para a América Latina e o resto do mundo vai na direção contrária”, esclarece.

Gerdau tem prejuízo líquido ajustado de R\$ 34 mi no 1º tri

04/05/2017 – Fonte: Exame

Empresa apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 853 milhões de reais

O grupo siderúrgico Gerdau teve prejuízo líquido ajustado de 34 milhões de reais no primeiro trimestre, revertendo resultado positivo de 14 milhões obtido no mesmo período de 2016.

A empresa apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 853 milhões de reais de janeiro a março, 8,3 por cento menor ante igual intervalo um ano atrás.

A companhia informou ainda no balanço que projeta investimentos da ordem de 1,3 bilhão de reais em 2017.

Vendas pararam de cair, avalia Powels, da Volkswagen

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Apesar de as vendas de veículos terem recuado 3,3% em abril com relação a igual mês do ano passado, o desempenho do mercado começa a dar sinais de que o pior ficou mesmo para trás e há meses o índice de queda vem diminuindo gradualmente.

“Janeiro e fevereiro foram relativamente fracos, mas juntos, março e abril foram melhores do que a nossa expectativa. Pelo menos a queda parou”, avalia o presidente e CEO da Volkswagen Brasil e América do Sul, David Powels.

Para o executivo, a demanda por veículos deve voltar a apresentar movimento positivo na medida em que a economia brasileira comece a entrar nos eixos. “Os consumidores estão diminuindo as dívidas, o que pode ajudar na melhora da confiança; é importante que as reformas sejam consolidadas para que o mercado volte, mas será um retorno lento”, analisa.

Powels trabalha com a projeção de vendas de 2% a 3% maiores em 2017 sobre as do ano passado, abaixo da previsão da Anfavea, associação das montadoras, que prevê 4% de crescimento das vendas neste ano

Volkswagen investe mais R\$ 50 milhões em fábrica de motores

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A fábrica de motores da Volkswagen localizada em São Carlos, no interior paulista, está recebendo um novo investimento de R\$ 50 milhões a fim de ampliar sua capacidade produtiva para o motor EA211 1.4 TSI (turbo), que será exportado para o México.

A unidade, a única do grupo que monta motores na América do Sul, venceu uma concorrência global entre mais de 30 fábricas da companhia para fornecer os propulsores aos modelos Jetta, Golf e Golf Variant produzidos em solo mexicano. Até 2020, serão 250 mil motores brasileiros para abastecer o mercado local e também o próprio Brasil, além de Estados Unidos e outros mercados, inclusive os da Europa.

Este aporte é adicional aos R\$ 460 milhões anunciados em 2015 previsto até 2018,

que contemplou a introdução da tecnologia global TSI e a nova linha de produção de virabrequins. Com esta nova demanda, a fábrica deverá aumentar sua capacidade em 30%. A unidade tem capacidade para produzir 3,5 mil motores por dia (em três turnos somando as duas linhas, do EA211 e do EA111) e já exporta desde 2015 blocos de alumínio do motor EA211 para Polo e Up! fabricados na Europa.

“Há dois anos anunciamos um grande investimento em São Carlos e hoje estamos aqui para celebrar mais uma vitória”, afirma o presidente e CEO da Volkswagen para Brasil e América do Sul, David Powels, na quarta-feira, 3, durante a cerimônia de anúncio do novo investimento na fábrica de motores.

Segundo Powels, a montadora está começando agora a última etapa do aporte que termina em 2018 e revela que dos R\$ 50 milhões, grande parte já foi aplicada na linha do EA211 e que será concluído ainda neste ano.

O novo investimento foi utilizado com desenvolvimento tecnológico, montagem, testes do motor e as despesas para certificação e homologação, além da adaptação de linhas de usinagem do bloco do motor, uma vez que o modelo 1.4 TSI conta com maior quantidade de componentes por possuir uma calibração diferenciada, dadas as diferentes normas, temperaturas e combustíveis utilizados em outros mercados. “Para exportar, precisamos de uma base de custo competitivo e nos últimos anos investimos em uma planta moderna, com novos sistemas de produção e em treinamento, o que melhora a nossa produtividade”, afirma Powels.

O presidente da Volkswagen disse ainda que o acordo de cinco anos com o sindicato local foi fundamental para levar adiante o plano de redução de custo e deixar a fábrica mais enxuta. Atualmente, a planta de São Carlos conta com 800 empregos diretos e 400 indiretos. “Essas novas exportações [para o México] vão segurar os empregos atuais; mas com o mercado fraco de hoje, não há previsão de novas contratações; esta possibilidade de aumentar os postos de trabalho deve vir, espero, em dois ou três anos”, pondera.

Atualmente, a fábrica de motores em São Carlos opera com 50% de sua capacidade e está funcionando em dois turnos. “No geral, as fábricas no Brasil operam abaixo dos 40% [de sua capacidade] e a Volkswagen está em linha com este índice”, informa Powels.

EXPORTAÇÕES NA MIRA

Os esforços da Volkswagen em aumentar sua capacidade de produção no Brasil, especialmente na planta de motores em São Carlos têm como foco nas exportações. A empresa é hoje responsável por 30% dos embarques de veículos a partir do Brasil: isso significa que a cada dez veículos exportados, três são Volkswagen.

“Exportações é uma parte importante para nosso futuro, para todas as fábricas da Volkswagen no Brasil. A ideia é aumentar os volumes em geral para melhorar o uso de nossa capacidade produtiva”, aponta Powels.

No ano passado, a empresa exportou 106 mil veículos produzidos no Brasil e para 2017 a projeção é de 150 mil unidades. Para Powels, ganhar a concorrência de exportação de motores para o México é o começo de uma nova etapa de novos projetos que visam a ampliação das exportações brasileiras.

O foco é a América do Sul: a participação da montadora na região ficou em 3,2% no primeiro trimestre de 2016 contra 2,1% em iguais meses do ano anterior. “Foi um crescimento significativo, mas tem muito espaço para melhorar”, admite Powels. O presidente projeta que nos 26 países que estão sob sua alçada, incluindo a região do Caribe, a Volkswagen quer ficar acima dos 3% neste ano; em mais três anos, a

empresa fixa meta de 5% e em sete a 10 anos, prevê fatia acima de 7% do mercado local.

MAN lança peças de reposição mais em conta

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Com o mercado de caminhões ainda contraído, a MAN Latin America trabalha para aquecer os negócios na reposição. A companhia anuncia o lançamento da linha Economy de componentes mais em conta para o mercado de reposição. Segundo a montadora, a gama tem preços, em média, 30% mais baixos. Todas as peças oferecem ainda garantia de um ano.

A novidade vai atender aos segmentos de caminhões e ônibus. De cara a gama já conta com 60 componentes. Foram priorizados itens de grande demanda, como lonas de freio, filtros de ar e de combustível e tambores. Até o fim do ano a oferta deve ser ainda maior, com a oferta de kits de embreagens para veículos Euro 3, entre outros produtos.

“É um trabalho cuidadoso desempenhado em conjunto com nossa Engenharia para proporcionar aos clientes uma nova linha focada no mercado de reposição, mantendo o mesmo nível de comprometimento que temos em relação às peças com que o veículo sai de fábrica”, apontou em comunicado Ricardo Alouche, vice-presidente de vendas, marketing e pós-vendas da MAN Latin America.

JCB investirá R\$ 50 mi no Brasil até 2018

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A fabricante JCB quer aumentar sua fatia no mercado de máquinas nos próximos anos e está investindo no País. “São R\$ 50 milhões neste biênio 2017-2018. Além da renovação de produtos queremos consolidar a rede de distribuidores e fortalecer o pós-venda”, afirma o presidente da companhia para a América Latina, José Luís Gonçalves.

A empresa ampliou sua linha de escavadeiras hidráulicas. Em vez de um modelo (para 20 toneladas) agora são três: JS210, de 21 toneladas, JS220LC, de 22 toneladas, e JS235LC, de 23,5 toneladas. “Antes cobríamos 50% do mercado nacional, agora são 85%”, estima o executivo. Todas são equipadas com motor JCB de 173 cavalos.

“Queremos dobrar nosso faturamento em 2018. E até 2020 teremos pelo menos um lançamento por ano”, garante Gonçalves. As novas escavadeiras e outras máquinas JCB estão expostas na 24ª Agrishow, principal feira agrícola do País que ocorre até o dia 5 em Ribeirão Preto (SP).

“Apesar do uso mais difundido na construção, a participação das escavadeiras no

campo saltou de 5% em 2014 para 14% em 2016”, recorda o diretor de vendas e marketing, Alisson Brandes. Ele se refere a um número divulgado pela Abimaq, entidade que reúne fabricantes do setor. No agronegócio as escavadeiras hidráulicas são empregadas em trabalhos complementares e também na abertura de valas e açudes, por exemplo.

A JCB atua no Brasil com uma fábrica de 40 mil metros quadrados de área construída em Sorocaba (SP) em 2012, onde foram investidos R\$ 400 milhões. Lá são produzidas escavadeiras, retroescavadeiras e carregadeiras. “São cinco linhas nacionais com mais de 20 modelos, que respondem por 80% de nossas vendas. Temos também outras seis linhas importadas com 18 modelos”, diz o presidente da JCB.

Como o principal mercado dos equipamentos da JCB é a construção civil, o executivo sabe que ainda vai amargar um período difícil este ano: “A previsão é de queda de 15% em relação a 2016.” A falta de licitações e de novas obras de infraestrutura reduziu bastante as encomendas do setor.

A unidade de Sorocaba tem capacidade instalada para 6 mil máquinas por ano, mas produziu cerca de 1,5 mil em 2016: “E metade disso é para exportação”, afirma Gonçalves.

A empresa conta atualmente com 280 funcionários, o equivalente a um terço do que já empregou.

Delphi decide transformar divisão de powertrain em nova empresa

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business

A Delphi anunciou na quarta-feira, 3, mudança importante em sua estratégia de negócios. A empresa vai transformar a divisão de motores em uma empresa independente, chamada de Powertrain. O negócio terá capital aberto e o objetivo é que esteja plenamente estabelecida até março de 2018. Os atuais acionistas da Delphi deterão controle em ambas as empresas.

A estratégia pretende garantir que a Delphi e agora a nova companhia ganhem velocidade e capacidade de acompanhar a atual transformação que a indústria automotiva enfrenta, com a perspectiva de chegada dos carros autônomos, aumento dramático da conectividade dos veículos e eletrificação para os próximos anos. Dessa forma, a Delphi seguirá debruçada sobre o desenvolvimento de componentes eletrônicos avançados, com mais poder computacional para dar conta das necessidades de segurança, eficiência e conectividade.

Já a Powertrain terá sua atividade centrada no desenvolvimento de tecnologias que ajudem as montadoras a alcançar metas cada vez mais apertadas de eficiência energética.

“Num momento de mudança inédita na indústria, a força de ambos os negócios operacionais e parcerias estratégicas permitirá que cada empresa foque ainda mais definidamente nas suas oportunidades exclusivas. Assim, vão continuar desenvolvendo as melhores tecnologias avançadas e ajudar os nossos clientes a navegar na estrada diante de nós”, destacou em comunicado Kevin Clark, presidente e diretor executivo da empresa.

Com o movimento, a Delphi deixa, aos poucos, a imagem de provedora de sistemas automotivos para se posicionar como uma companhia capaz de entregar toda a inteligência necessária para o carro do futuro. “Temos as tecnologias avançadas, as capacidades de engenharia e a estrutura de custo para sermos um líder global no setor de mobilidade em rápida evolução”, enfatizou Clark.

Com a mudança, a Delphi passa a contar com 145 mil funcionários no mundo, com 15 mil engenheiros. Já a Powertrain nasce com 20 mil colaboradores globalmente, 5 mil deles engenheiros. O faturamento foi de US\$ 4,5 bilhões em 2016. A expectativa é garantir expansão acima do ritmo do mercado para o negócio, de forma sustentável e lucrativa. Liam Butterworth, deixa a vice-presidência da Delphi para se tornar presidente e diretor executivo da nova companhia.

Nos EUA, GM lança serviço de olho em nova dinâmica da economia

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A General Motors investe em novos modelos de negócios para atender às necessidades emergentes do mercado. Com a Maven, sua marca de carros compartilhados, a companhia lança plano de mobilidade batizado de Gig, que mira em profissionais que não têm vínculo empregatício e são contratados para serviços de carona ou de entregas.

Por US\$ 229 por semana, estas pessoas têm acesso ao elétrico Chevrolet Bolt para rodar sem limite de quilometragem. Os custos de seguro, abastecimento e manutenção também estão inclusos na tarifa. Os primeiros parceiros da GM no novo serviço são a Uber e a Lyft – empresa em que a montadora investiu US\$ 500 milhões no ano passado. Além disso, a companhia estabeleceu acordo com aplicativos de delivery, como GrubHub e Roadie.

Não por acaso a nova solução foi chamada de Maven Gig. O nome vem de Gig Economy, ou economia sob demanda, situação em que trabalhadores freelancers fazem serviços sob demanda. O Uber é um dos símbolos deste movimento, crescente em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos.

Inicialmente o Maven Gig só será oferecido nas cidades de São Francisco e São Diego, que têm rede de recarga de carros elétricos mais ampla. Ainda em 2017 Los Angeles deve entrar para a lista de regiões atendidas. Segundo a empresa, o serviço permitirá que as pessoas testem uma opção de renda sem a necessidade de fazer grande investimento inicial.

Com a iniciativa, a General Motors pavimenta o caminho para, no futuro, oferecer serviços de transporte com carros autônomos. Os recursos de mobilidade da Maven, empresa lançada no começo de 2016, já foram usados em mais de 9 milhões de corridas, segundo dados da montadora.

New Holland crescerá 12% a 15% este ano

04/05/2017 – Fonte: Automotive Business

Com o lançamento de uma linha de colheitadeiras e atualização de produtos, a New Holland vê 2017 com boas perspectivas: “Cresceremos de 12% a 15% este ano”, afirma o presidente mundial da empresa, Carlo Lambro. “Tivemos um primeiro trimestre forte, com o agricultor motivado. Houve um repique em abril por causa dos preços das commodities, o que deixou o mercado apreensivo, mas o dólar vem apresentando comportamento estável. Para o agricultor que exporta isso dá certa confiabilidade”, afirmou o executivo em entrevista coletiva durante a 24ª Agrishow, principal feira agrícola do País que ocorre até o dia 5 em Ribeirão Preto (SP).

O principal lançamento da New Holland é a família CR Evo de colheitadeiras, tipo de máquina que registrou alta de 30% no primeiro trimestre. A linha tem quatro novas versões, com destaque para a CR7.90 (na foto), com motor FPT Cursor de 487 cavalos de potência máxima, rotor de 22 polegadas e tanque graneleiro de 12,3 mil litros.

“No Brasil, uma em cada três colheitadeiras vendidas é nossa”, afirma o diretor para o mercado brasileiro, Alexandre Blasi.

RECORDE MUNDIAL EM COLHEITA DE SOJA

A New Holland registrou o recorde mundial de colheita de soja com uma máquina CR EVO 8.90 em Formosa do Rio Preto (BA). Em exatas oito horas foram colhidos 439.730 quilos, o equivalente a 7.329 sacas do grão. O percentual de perda registrado foi de 0,5%. Embora a empresa tenha um modelo maior à venda, escolheu a 8.90 “por ser produzida no Brasil”. A máquina recordista é montada em Piracicaba (SP).

TRATORES

A empresa comemora ainda alta de 50% na venda de tratores neste início de ano. A companhia está confiante no mercado desse tipo de máquina por causa da produção de etanol e açúcar e pela perspectiva de produção de 645 milhões de toneladas de cana, com aumento na produção de açúcar e otimismo dos produtores: “Vamos crescer muito nesse setor por ter uma linha bastante completa em tratores”, garante o vice-presidente para a América Latina, Rafael Miotto.

Mercado de robótica é muito promissor no Brasil

04/05/2017 – Fonte: CIMM

Instituto Avançado de Robótica que oferece treinamentos, pesquisas e consultoria participa da Arena da Robótica e Automação Industrial que acontecerá na Feimafe 2017.

A robótica é um dos importantes segmentos que apontam o caminho para a inovação e o desenvolvimento tecnológico do parque industrial brasileiro. É por conta dessa função-chave que a 16ª Feira Internacional de Máquinas-Ferramenta e Sistemas Integrados de Manufatura - Feimafe 2017, com a curadoria do Instituto Avançado de Robótica (I.A.R.), promovem a Arena da Robótica e Automação Industrial.

A Feimafe acontece entre os dias 20 a 24 de junho no Expo Center Norte, e é promovida pela Reed Exhibitions Alcantara Machado.

Nas palavras do gerente de Desenvolvimento de Negócios do I.A.R, Sergio Cardoso Coca, o mercado brasileiro de robótica e automação é muito promissor, mesmo tendo em conta o atual momento delicado da economia do país.

“As empresas no Brasil devem buscar no mercado as tecnologias e soluções disponíveis no país e adequadas à nossa realidade. Dessa forma, isso permite iniciar a melhoria de seus processos produtivos, seguindo paulatinamente em direção a um sistema de manufatura avançada ou inteligente”, recomenda Coca.

De acordo com Coca, o Brasil já possui tecnologia, empresas nacionais e internacionais, além de profissionais na iniciativa privada e nas universidades, capacitados a prestar todo o suporte técnico e humano a fim de levar a indústria nacional, de pequeno e médio portes, ao processo de renovação e crescimento sustentado. “Com a retomada dos negócios e crescimento do mercado, é quase uma unanimidade entre os empresários e gestores a necessidade de aumentar a produção,

porém de uma forma mais competitiva, com processos produtivos que proporcionem um crescimento sustentado e flexível”, avalia.

Outra necessidade fundamental para o segmento, ainda segundo o gerente do I.A.R. é o acesso a produtos financeiros compatíveis com as necessidades do mercado, sobretudo às pequenas e médias empresas. Ele lembra que a idade média das máquinas e equipamentos no Brasil é de 17 anos, enquanto nos EUA é de sete e na Alemanha, de cinco anos.

De toda forma, há um potencial imenso para dar curso à modernização da indústria por meio da robótica, embora o país ainda esteja “engatinhando” nesse particular. Segundo dados de 2015 da Federação Internacional de Robótica (IFR, em inglês), a participação de robôs no setor industrial brasileiro ainda é pequena. Há nove dispositivos instalados para cada 10 mil trabalhadores, uma marca bem aquém da líder Coreia do Sul, com 437 a cada 10 mil.

Coca chama a atenção para o fato de que a China, por exemplo, tem sido atualmente o maior comprador de robôs industriais no mundo, pois tem um programa de governo específico para promover os investimentos em robótica e automação. “Enquanto no Brasil vemos uma profunda desindustrialização”, compara. “Não existe no mundo país desenvolvido sem uma indústria forte”, afirma.

O I.A.R. também lançará na FEIMAFE 2017 dois cursos de pós-graduação lato sensu em Engenharia Robótica e Indústria 4.0, ambos focados nas tendências do mercado industrial e na formação de carreiras.

A engenharia robótica formará peritos para atuar na indústria de base metal-mecânica e em outros segmentos que utilizam manipuladores robóticos. O segundo curso volta-se para a formação de especialistas da indústria 4.0 para atuar nesse mercado, originado na Alemanha e presente em países desenvolvidos, e que deve se consolidar no Brasil nos próximos 10 anos.

Mais informações sobre os cursos do I.A.R estão disponíveis na agenda de treinamentos do Instituto.

USP produz plástico 100% biodegradável com resíduos da agroindústria

04/05/2017 – Fonte: CIMM

Matéria prima é oriunda de resíduos agroindustriais como cúrcuma, babaçu e urucum.

Pesquisas da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto avançam e busca plástico 100% biodegradável e competitivo com o plástico comum. O resultado inicial é animador. Os testes, que reúne na fórmula resíduos agroindustriais, resultaram em um produto com qualidades técnicas e econômicas promissoras.

A química Bianca Chierigato Maniglia desenvolveu filmes plásticos biodegradáveis a partir de resíduos agroindustriais de cúrcuma, babaçu e urucum. E o fato do novo material ser totalmente desenvolvido a partir de descartes da agroindústria faz toda diferença. Ao mesmo tempo, recicla resíduos e é biodegradável.

A matéria prima é oriunda de material produzido com fontes renováveis e, por isso, não se esgotam. Outra novidade é que a matéria prima pode ser cultivada em qualquer lugar do mundo. Ao contrário, o plástico comum é feito do petróleo.

Bianca Maniglia adiciona outras qualidades ao produto: matéria prima barata, que não compete com o mercado alimentício e ainda "contém composição interessante com a presença de ativos antioxidantes".

Essa fórmula com compostos antioxidantes pode ser ainda mais interessante no desenvolvimento de "embalagens ativas". Embalagem que interage com o produto, capaz de melhorar a qualidade de armazenamento para acondicionamento de frutas e legumes frescos.

Os estudos confirmam caminho certo para a obtenção de um plástico, ou pelo menos um filme plástico, totalmente biodegradável.

Agora, busca-se aplicação de aditivos como a palha de soja tratada, outro resíduo agroindustrial, para melhorar as propriedades destes filmes. A meta é o ganho de maior resistência mecânica e menor capacidade de absorver e reter água.